



Mapeamento dos Recursos Financeiros disponíveis no Campo Social do Brasil com o objetivo de identificar recursos potenciais para Finanças Sociais

Maio de 2015

FORÇA TAREFA
DE
Finanças Sociais

FORÇA TAREFA
DE
Finanças Sociais

Membros

André Degenszajn
Antonio Ermírio de Moraes Neto
Ary Oswaldo Mattos Filho
Fábio Barbosa
Guilherme Affonso Ferreira
Luiz Lara
Maria Alice Setubal
Pedro Parente
Vera Cordeiro

Diretoria Executiva

ICE Instituto de Cidadania Empresarial
Beto Scretas
Célia Cruz
Diogo Quitério
Fernanda Bombardi
Mariana Guimarães
Vivian Rubia

SITAWI Finanças do Bem

Gustavo Pimentel
Leonardo Letelier
Rob Packer

Parceiros estratégicos

Deloitte.

Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

Apoio

ICE

Telefônica | **vivo**
Fundação Telefônica

instituto
península

LEW LARA TBWA

Carta da Força Tarefa de Finanças Sociais

Ao ser lançada em abril de 2014, a Força Tarefa de Finanças Sociais se propôs a tarefa de a partir de temas críticos, gerar recomendações de avanço do campo no Brasil. Um dos principais questionamentos do grupo era: qual o montante de recursos públicos e privados disponíveis para serem investidos em soluções que resolvem problemas sociais aliadas a geração de resultado financeiro positivo? Seria possível estimar o potencial de crescimento desse montante para os próximos 5 anos?

Foi para buscar respostas a essas questões que foi elaborado o “Mapeamento dos Recursos Financeiros disponíveis no Campo Social do Brasil com o objetivo de identificar recursos potenciais para Finanças Sociais”.

Para elaborar o estudo, a Força Tarefa de Finanças Sociais contou com a expertise de uma das maiores consultoria e auditoria do mundo, a Deloitte, que envolveu seu time de especialistas para entender como é feita a alocação de recursos de cada um dos atores identificados.

O mapeamento resultante, detalhado nas páginas a seguir, apresentou a origem dos R\$ 457 bilhões disponíveis para investimento no campo social, distribuídos em diversas fontes públicas, privadas e do terceiro setor. Destes, apenas R\$ 13 bilhões, ou 3% do total, foram investidos por meio de mecanismo de finanças sociais, ou seja, aqueles que geram impacto social com sustentabilidade financeira. A boa notícia é que esse valor pode chegar a R\$ 50 bilhões até 2020.

Para chegar nesses valores, foi necessário fazer um levantamento detalhado das fontes de recursos privados e públicos disponíveis e que hoje ainda não são direcionados ao ecossistema de finanças sociais ou o são apenas parcialmente. Em seguida, foram verificadas legislações e políticas públicas que fomentam o campo social.

Para cada fontes de oferta de capital, determinou-se o volume de recursos com potencial para finanças sociais, avaliando sua disponibilidade, destinação, formas de acesso e utilização atual. E conseqüentemente, foi possível fazer uma estimativa do volume disponível para finanças sociais hoje e uma projeção de uma meta para 2020.

A inspiração para o mapeamento veio do Relatório “Investimento de Impacto: o coração invisível dos mercados – aproveitando o poder do empreendedorismo, da inovação e do capital para o bem público”. O relatório, desenvolvido pela Força Tarefa de Investimento de Impacto do G8 revelou que há cerca de US\$ 1 trilhão em recursos que podem ser redirecionados à solução de problemas da população mundial.

A Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais reúne representantes de diferentes setores com propósito de mobilizar atores chaves para a crença de que modelos de negócio podem resolver problemas sociais.

Este estudo é parte de uma série de pesquisas e estudos produzidas pela Força Tarefa de Finanças Sociais com o objetivo de identificar as mudanças sistêmicas que podem contribuir para aumentar significativamente a oferta de capital público e privado disponível para financiar negócios que geram resultado financeiro positivo e de forma sustentável. Esse estudo também é base para a criação das recomendações para o avanço do campo de Finanças Sociais e Negócios de impacto no Brasil.

A transformação na mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade refletida pela mobilização de R\$ 50 bilhões para o campo de Finanças Sociais e Negócios de Impacto é o que tem movido a Força Tarefa de Finanças Sociais.

Desejamos uma boa leitura e desde já, convidamos você a fazer parte dessa construção: conheça o movimento e participe dessa agenda de mudanças!

Diretoria Executiva da Força Tarefa de Finanças Sociais

Celia Cruz – Instituto de Cidadania Empresarial

Leonardo Letelier – SITAWI Finanças do Bem | www.forcatarefaфинансassociais.org.br

NOSSA CRENÇA

Modelos de negócio podem resolver problemas sociais

NOSSA MISSÃO

Articular nossa rede para atrair investidores, empreendedores, governos e parceiros para que façam acontecer modelos de negócios rentáveis que resolvam problemas sociais ou ambientais e, com isso, mudem a mentalidade sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade

NOSSA VISÃO

O campo das Finanças Sociais movimentará R\$ 50 bilhões ao ano até 2020

NOSSA FORMA DE ATUAR

- Produção de conhecimento
- Monitoramento das recomendações
- Acompanhamento da agenda global e local
- Influência de atores estratégicos

Estudo realizado
a pedido da
Força Tarefa de
Finanças Sociais pela:

Deloitte.

Índice

Objetivo	7
Escopo do Trabalho	8
Abordagem	9
Introdução	10
Políticas Públicas que contribuem para um ambiente favorável para as Finanças Sociais	11
Ecosistema	12
Atores da oferta de capital	13
Governo Federal	14
Organismos nacionais de Fomento	22
Organismos Multilaterais de Crédito	32
Pessoas Jurídica	38
Instituições de finanças comunitárias	53
Fundações e Institutos	62
Pessoas Físicas	70
Bibliografia	85
Apêndice	105

A primeira grande linha de ação proposta para a Força Tarefa de Finanças Sociais no Brasil (FTFS) objetiva a identificação de sinergias e acessos a recursos ou mecanismos institucionais existentes e não explorados, que poderiam ser melhor aproveitados para o fortalecimento do campo das **finanças sociais***

Em consonância com este objetivo, o presente projeto se propõe a fazer um levantamento das fontes de recursos **já existentes e disponíveis**, mas que hoje não são direcionados ao ecossistema de finanças sociais, ou o são parcialmente, com vista a orientar os esforços a serem envidados para a ampliação e facilitação do acesso a tais recursos por parte dos atores do campo das finanças sociais.

Finanças sociais* compreendem instrumentos financeiros, novos e existentes, que mobilizam capital para investimento em atividades com a intenção de produzir impacto social com sustentabilidade financeira, podendo ou não gerar retorno financeiro sobre o capital investido. O impacto deve ser passível de mensuração e analisado periodicamente

*Conforme define o Grupo de Trabalho da Força Tarefa em Finanças Sociais no Brasil (GT-FTFS)

Escopo do trabalho

Linhas de ação – P4



Identificação de sinergias e acesso a recursos existentes



Promoção e aproveitamento das compras institucionais



Incentivo/apoio aos intermediários e fortalecimento do pipeline



Produção e disseminação de conhecimentos e formação de quadros pelos atores do Ecossistema e pela Academia



Escopo do trabalho

- ✓ **Mapeamento do ecossistema** de finanças sociais
- ✓ **Levantamento dos recursos existentes** e que podem ser melhor direcionados para finanças sociais
- ✓ **Análise dos entraves** para acesso aos recursos



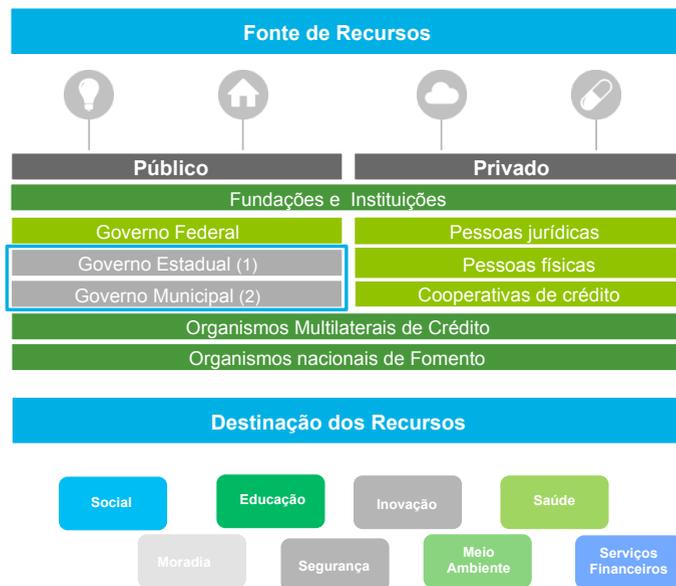
Abordagem

Mapeamento dos recursos disponíveis e não utilizados

Para o desenvolvimento do projeto, o primeiro passo foi a identificação dos atores de oferta de capital, entendidos como fontes de recursos privados e públicos já disponíveis, que poderiam ser canalizados para financiar o campo social. Em seguida, foram identificadas as legislações e políticas públicas que fomentam o campo social.

Com isso, foram identificados os recursos disponíveis, sua destinação, as formas de acessá-los e sua utilização atual. Após foram compreendidas e sistematizadas as áreas e programas, bem como temas potenciais para as finanças sociais.

Por fim, foram feitas recomendações e identificados pontos de atenção a serem observados durante as iniciativas de acesso a recursos por parte dos atores do campo das finanças sociais.



- (1) Foram mapeados apenas dos recursos federais com destinação para os Estados;
(2) Foram mapeados apenas dos recursos federais com destinação para os Municípios.

Introdução

O Ecossistema de Finanças Sociais no Brasil

A identificação dos atores de oferta de capital, entendidos como fontes de recursos privados e públicos já disponíveis e que poderiam ser canalizados para financiar o campo social, originou o desenvolvimento de um ecossistema. O fluxo deste ecossistema inicia-se nos atores da oferta de capital, os quais alocam recursos por meio de modalidades específicas de investimento que são executados por atores da demanda de capital.

“Investimento de capital em negócios e fundos que geram impacto social e/ou ambiental positivo, além do retorno financeiro, visando deliberadamente esse retorno socioambiental.”

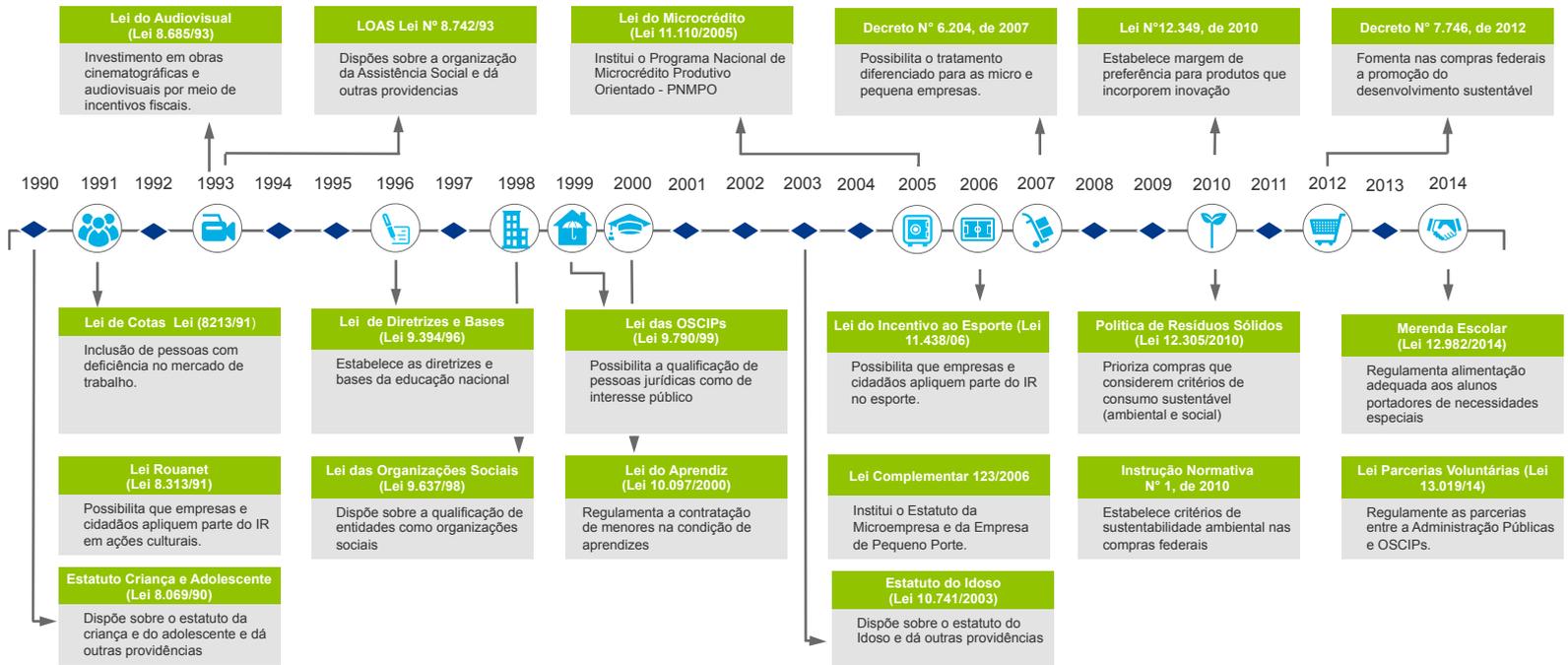
Políticas públicas que fomentam o campo social

Um ambiente favorável ao campo social facilita a convergência dos passos dos atores de oferta e demanda de capital interessados neste campo. Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e ao crescimento do campo social podem desempenhar um papel extremamente importante, ao proporcionar os mecanismos de apoio e os incentivos para a atuação dos atores deste campo na busca por soluções sustentáveis, e apresentam potencial para transformar a economia.

Com vista a compreender melhor o ecossistema de finanças sociais no Brasil, foram identificadas as políticas públicas que fomentam o campo social:

(1) Citação da pesquisa Monitor Institute: Investing for Social & Environmental Impact, 2009 - adaptada em Investing for Impact: Case Studies Across Asset Classes, Bridges Ventures and The Parthenon Group. (2010).

Políticas Públicas que contribuem para um ambiente favorável para as Finanças Sociais



Nota: Consideradas apenas Legislações Federais

Ecossistema de finanças sociais



Atores da oferta de capital

Governo Federal

- Introdução
- Mecanismo de orçamentação do governo
- Estrutura dos programas
- Avaliação de objetivos e programas
- Seleção de programas e identificação de projetos
- Visão consolidada
- Detalhamento de projetos

Governo Federal

Introdução

O governo pode ser visto como a principal entidade financiadora do campo social. Porém, é a entidade mais complexa do ecossistema estudado.

O orçamento estimado para o período 2012 – 2015 pelo Governo Federal somou **R\$ 5,5 trilhões**. De forma geral as receitas deste orçamento provêm do valor arrecadado com impostos e contribuições federais e são distribuídas entre os programas do governo. Por meio de seus programas, o governo executa projetos cujos produtos contribuem para alcançar seus objetivos.

Analisando o orçamento do governo federal buscou-se selecionar os programas e projetos que, além de conter o objetivo social, pudessem ter suas ações vinculadas ao tema de finanças sociais. Para tal, adotou-se um processo estruturado nas seguintes etapas:





Governo Federal

Mecanismo de orçamentação do governo

Orçamento público

Para a elaboração do orçamento público são estabelecidos três instrumentos de planejamento, interdependentes e compatíveis, chamados leis orçamentárias. Tais leis são estabelecidas com periodicidade definida, determinando o que se pretende gastar e direcionando os recursos aos programas e estratégias do governo.

PPA – plano plurianual

É o planejamento de médio prazo do Governo, um instrumento que propõe valores que guiarão o comportamento da administração pública e que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital. O PPA pode ser entendido como uma grande moldura para a ação governamental.

LDO – lei de diretrizes orçamentárias

Estabelece quais serão **as prioridades do governo para o ano seguinte**

LOA – lei orçamentária anual

Identifica a **origem, o montante e o destino dos recursos** a serem gastos pelo governo

Vigência das leis

	1º ano do mandato	2º ano do mandato	3º ano do mandato	4º ano do mandato	1º ano novo mandato
PPA	Elaboração	Vigência			
1ª LDO/ LOA	Elaboração	Vigência			
2ª LDO/ LOA		Elaboração	Vigência		
3ª LDO/ LOA			Elaboração	Vigência	
4ª LDO/ LOA				Elaboração	Vigência



Iniciativas - Identifica as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias, não orçamentárias, institucionais e normativas

Ações / Projetos – Conjunto de operações, determinadas na LOA, cujos produtos contribuem para os objetivos dos Programas. Uma “ação” pode ser um **projeto**, uma atividade ou uma operação especial.



Governo Federal

Mecanismo de orçamentação do governo

O PPA como fonte de informação

Para que haja efetividade da orçamentação pública é essencial que haja compatibilidade entre o PPA, as metas e prioridades selecionadas na LDO e as constantes da LOAs. A integração destes instrumentos tem sido estudada e aperfeiçoada ao longo dos anos e uma série de alterações promovidas no modelo de planejamento do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 foi implementada, com foco no monitoramento e na avaliação da ação governamental.

O PPA 2012-2015 trouxe inovações em sua estrutura, em relação aos planos plurianuais anteriores, visando aproximar o planejamento das questões estratégicas que envolvem a implementação de políticas públicas.

A análise das dotações iniciais e das despesas efetivamente executadas nos exercícios de 2012 e 2013, através dos relatórios anuais de gestão de uma amostra de programas constantes do PPA 2012 – 2015 demonstra que os valores planejados foram mais de 90% gastos.

Além disso, ao levantarmos os dados históricos da execução do PPA anterior (PPA 2008-2011), verificamos que 78% do total orçado foi gasto. Ainda, ao ampliarmos a amostra para avaliação dos dados históricos do PPA 2000 – 2003 verificamos que 82% do que foi planejado foi gasto. Os dados da execução do PPA 2004 - 2007 não foram considerados, pois o excesso de alterações promovidas no instrumento não permite a comparação entre as metas fixadas inicialmente e sua execução.

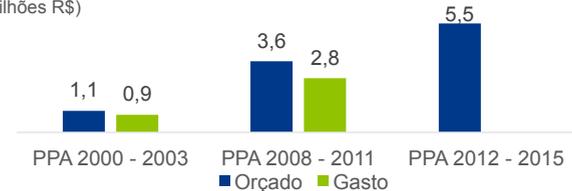
Por fim, considerando que em 2015 será elaborado o PPA 2016 – 2019, que norteará as ações do Governo pelos próximos 4 anos, é possível concluir que é adequada a utilização do PPA no presente projeto.

Valores Orçados vs. Executados – por programa temático (em milhões R\$)

Programas Temáticos PPA 2012 - 2015	Ano 2012			Ano 2013		
	Orçado	Gasto	%	Orçado	Gasto	%
Educação Básica	32,3	32,0	99%	31,9	31,4	98%
Educação Profissional e Tecnológica	5,9	5,9	100%	7,0	7,0	100%
Desenvolvimento Produtivo	24,0	7,9	33%	23,2	5,8	25%
Desenvolvimento Regional e Economia Solidária	10,4	9,1	88%	11,8	10,4	88%
Enfrentamento ao Racismo	0,1	0,1	100%	0,1	0,1	100%
Política para as Mulheres:	0,1	0,1	100%	0,2	0,2	100%
Trabalho, Emprego e Renda	45,5	45,5	100%	62,0	62,0	100%
Turismo	5,2	5,2	100%	5,9	5,9	100%
Aviação Civil	3,5	3,5	100%	3,9	6,0	152%
Educação Superior -	13,3	13,3	100%	15,2	15,2	100%
Total			92%			96%

Fontes: Relatórios anuais de Gestão das Secretarias Executivas dos Ministérios responsáveis pelos Programas

PPA Orçado vs. Executado (em trilhões R\$)



Fontes: Relatórios sobre as Contas do Governo da República do Tribunal de Contas da União

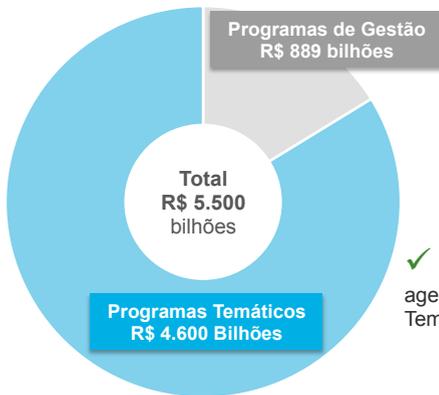


Governo Federal

Estrutura dos programas

Os programas do PPA 2012 - 2015 são segregados em duas grandes linhas:

Programas do PPA 2012 - 2015



✓ **Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:** Conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

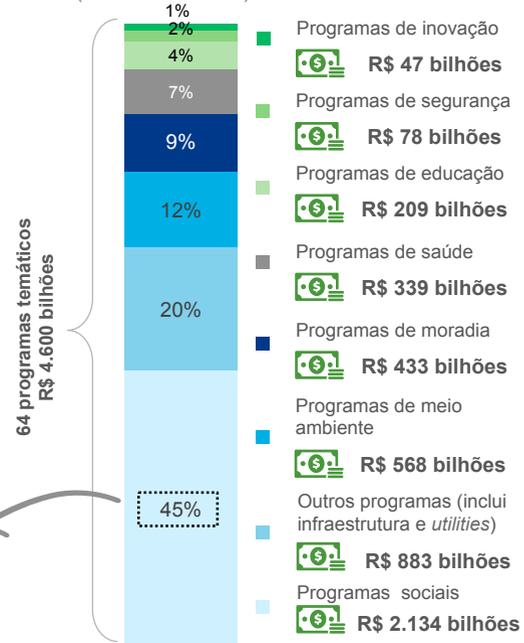
✓ **Programas Temáticos:** Refletem a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas.

✗ - Fora do escopo do projeto
✓ - Escopo do projeto



Este percentual inclui o programa temático de Previdência Social que representa R\$ 1,429 bilhões (68,35% do valor dos programas sociais)

Distribuição dos valores dos programas temáticos (PPA 2012 - 2015)





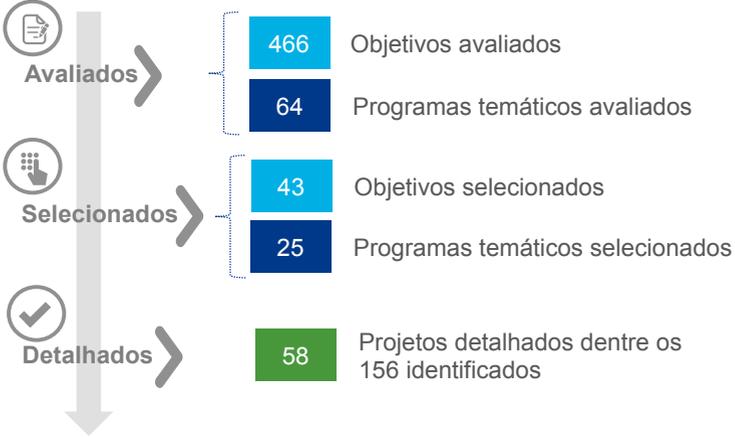
Governo Federal

Avaliação de objetivos e programas

Os programas temáticos possuem em sua estrutura a definição de seus objetivos e iniciativas. Apesar de existirem programas temáticos não aderentes ao tema de finanças sociais, existem objetivos e iniciativas, dentro dos programas temáticos, que apresentam potencial de grande impacto social ou alta aderência ao projeto.

Tendo isso exposto, foram avaliados todos os objetivos que compõem cada um dos 64 programas temáticos contidos no PPA 2012 – 2015. Tais objetivos foram classificados por quatro integrantes do projeto em uma escala de 1 a 5 (sendo 1 para os objetivos de menor aderência com o projeto de finanças sociais e 5 os de maior aderência). Através da média simples das notas dadas aos objetivos, foram selecionados aqueles programas temáticos cujos projetos têm objetivo social e alguns deles foram detalhados ao longo da parte II desse relatório.

Principais números da etapa



Programa temático	Avaliação dos objetivos						
	Nota 1	Nota 2	Nota 3	Nota 4	Nota 5	Média	
Objetivo 1	4	5	4	3	2	3,6	} Selecionados
Objetivo 2	4	2	4	2	3	3	
Objetivo 3	2	1	3	2	2	2	} Não selecionado

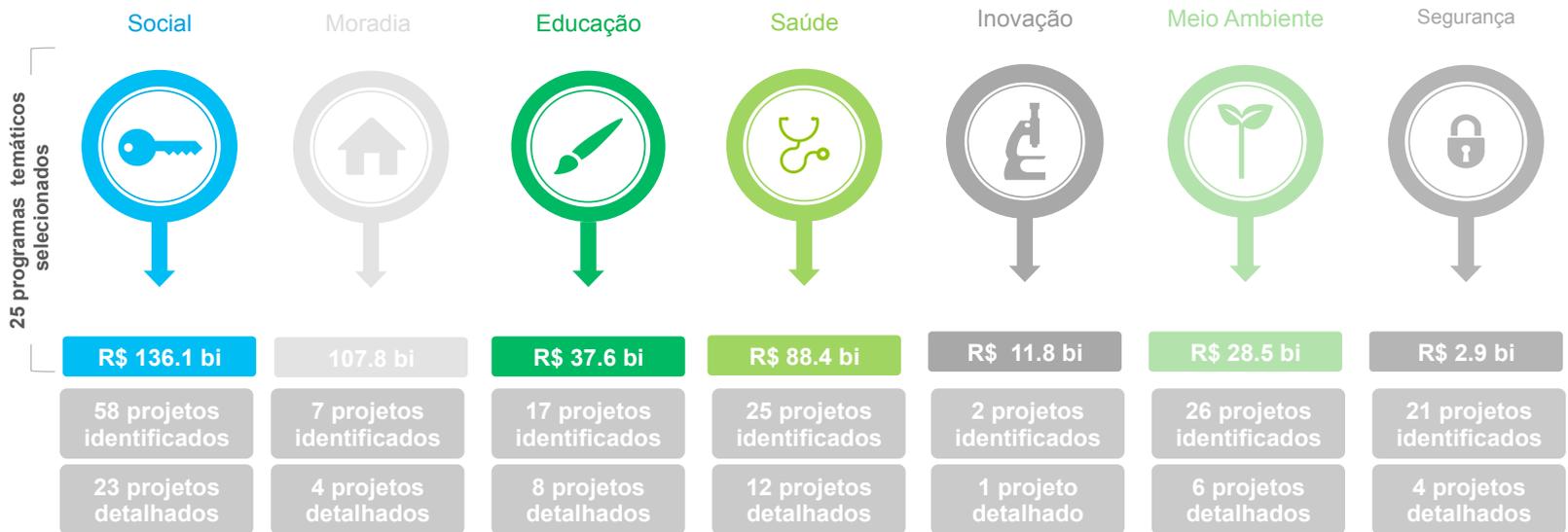
Exemplo



Governo Federal

Seleção de programas e identificação de projetos

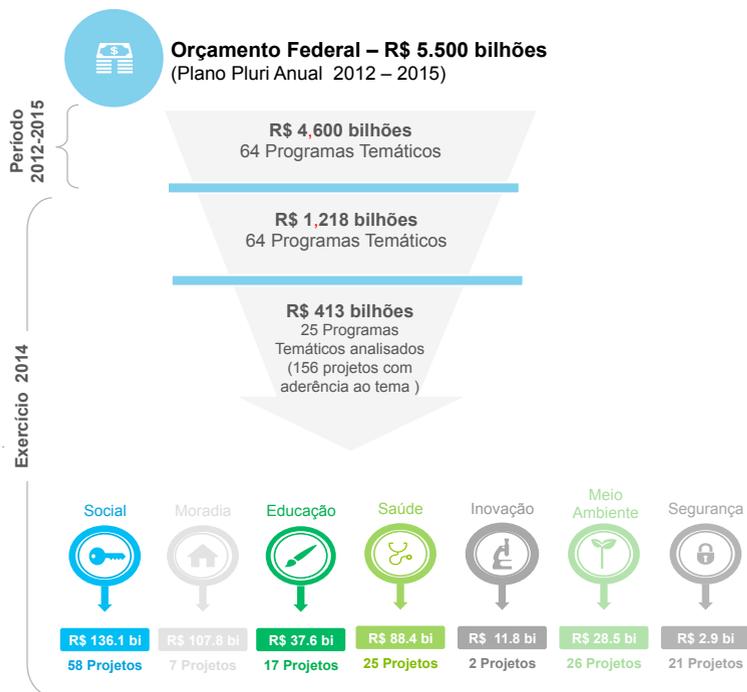
Foram avaliados 64 programas temáticos constantes do PPA 2012 – 2015. Desses, foram selecionados 25 programas, dos quais foram identificados 156 projetos. Do montante foram destacados 58, entendidos como mais aderentes ao tema de finanças sociais. Esses serão detalhados a seguir:



* Valores em R\$ bilhões referentes ao previsto no PPA 2012 -2015 para o exercício de 2014 para os programas temáticos selecionados

Governo Federal

Recursos relacionados com o campo social



Considerações

O Governo como entidade financiadora do campo social, tem potencial transformador.

✓ Grande quantidade de recursos

O orçamento do Governo Federal abrange uma enorme quantidade de recursos que é distribuída em programas, que são o meio pelo qual o governo atua para alcançar seus objetivos.

✓ Necessidade de enquadramento

Para acessar os recursos dos governos é preciso ter um projeto que se adequa a uma das ações dos programas federais e/ou estar enquadrado no perfil determinado para solicitar ou receber o recurso.

✓ Necessidade de adequação da legislação

Para gerarem impacto mais diretamente destinado ao campo social, as ações do governo dependem de adequação legislativa, em maior ou menor grau.

Principais entraves para acesso e melhor direcionamento dos recursos

- Complexidade de elaboração de projetos
- Necessidade de adequação da legislação
- Necessidade de articulação entre as diversas entidades envolvidas no processo de obtenção de recursos
- Dificuldade para o estabelecimento de métricas

Nota: Em 2015 será aprovado o PPA 2016 – 2019 que direcionará os gastos do governo para o período. Esta é uma grande oportunidade para se trabalhar a previsão dos recursos de modo que eles possam ser melhor direcionados para o campo social.

Organismos nacionais de fomento

- Introdução
- Bancos de desenvolvimento
- Bancos de desenvolvimento – BNDES
- Bancos de desenvolvimento – BNDES Microcrédito
- Bancos de desenvolvimento – BNDES Finem
- Bancos de desenvolvimento – BNDES Aporte em fundos
- Bancos de desenvolvimento – BNDES recursos não reembolsáveis
- Bancos de desenvolvimento – BNDES Fundo garantidor
- Agências de fomento
- Visão consolidada

Organismos nacionais de fomento

Introdução

O capítulo abrange o volume de crédito liberado pelos bancos e agências de fomento no Brasil.

Segundo o Banco Central existem 4 bancos de desenvolvimento e 16 instituições de fomento caracterizadas como agências no âmbito estadual. Os bancos de desenvolvimento financiam projetos com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de uma região. Em geral, as taxas de juros são menores em relação aos bancos comerciais.

As agências também buscam fomentar o desenvolvimento da sociedade por meio de linhas especiais de crédito, tanto para capital de giro como para investimentos, com foco regional. Têm status de instituição financeira, mas não podem captar recursos junto ao público, ter conta de reserva no Banco Central, nem ter participação societária em outras instituições financeiras. São as instituições que recebem boa parte dos repasses dos bancos de desenvolvimentos.

Bancos de Desenvolvimento	
BNDDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	É uma empresa pública federal, voltada para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia. Possui uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.
BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	São instituições financeiras controladas pelos governos estaduais. Tem como objetivo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visam promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado. (Adaptado Bacen, 2013)
BDMG Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	
BANDES Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo	

Agências de fomento	
BADESUL Ag. de fomento do Rio Grande do Sul	AGN Ag. de fomento do Rio Grande do Norte
Fomento Paraná Agencia de fomento do Paraná	AGEFEPE Ag. de fomento do Pernambuco
Desenvolve SP Ag. de Fomento de SP	Desenvolve AL Ag. de fomento de Alagoas
Desenbahia Ag. de Fomento da Bahia	MT Fomento Ag. de fomento do Mato Grosso
BADESC Ag. de fomento de Santa Catarina	Fomento Tocantins Ag. de fomento de Tocantins
AgeRio Ag. de fomento do Rio de Janeiro	Piauí Fomento Ag. de fomento de Piauí
AFEAM Ag. de fomento do Amazonas	FERR Ag. de fomento de Roraima
Goiás Fomento Ag. de fomento de Goiás	AFAP Ag. de fomento do Amapá

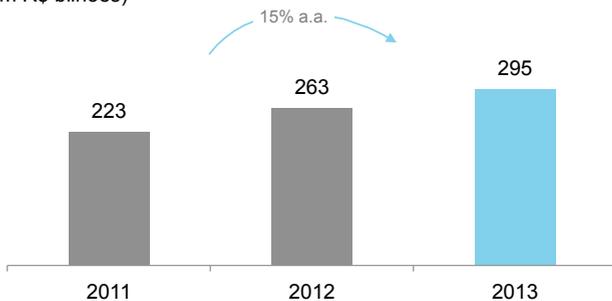
Organismos nacionais de fomento

Bancos de desenvolvimento

Evolução do volume de crédito liberado

As operações de crédito dos bancos de desenvolvimento cresceram 32% nos últimos 3 anos, atingindo R\$ 295 bilhões no ano de 2013. As operações de crédito dos bancos consistem em todo o volume de recursos de abertura de crédito, emissão de título entre outros*. A partir desse número buscou-se afinilar e quantificar o volume de recursos alinhado com o escopo do estudo.

Evolução das operações de crédito¹ (em R\$ bilhões)

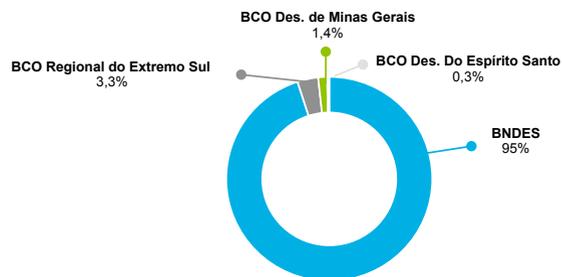


*Operação de crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Distribuição das operações de crédito por banco

O BNDES é responsável por 95% das operações de crédito realizadas por bancos de fomento no Brasil. Dada a importância do BNDES neste mercado definiu-se fundamental analisar a fundo essa instituição.

Distribuição das operações de crédito dos bancos de desenvolvimento - 2013



O acesso aos recursos de operacionalização do BNDES pode ser de forma direta, indireta e mista.

- Direta: realizado diretamente com o BNDES
- Indireta: feita por meio de uma rede de instituições financeiras.
- Mista: operação que combina os dois formatos acima.

Organismos nacionais de fomento

Bancos de desenvolvimento - BNDES

Papel e atuação

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública e é, hoje, a principal instituição de financiamento de longo prazo no País. Os financiamentos visam o desenvolvimento em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

A atuação do BNDES visa o financiamento dos programas definidos no Plano Plurianual (PPA). Destaca-se que o Banco é responsável pelas ações dos programas do Governo Federal e não pela gestão. As ações correspondem a um conjunto de operações de apoio financeiro para que o objetivos dos programas sejam atingidos.

Origem dos recursos

O BNDES, hoje, para a execução de suas atividades tem recursos que advêm, entre outras, das seguintes fontes: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que recebe as contribuições do PIS e do Pasep (respectivamente, Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público); dotações orçamentárias da União; recursos captados no exterior; e recursos decorrentes do retorno de suas operações.

O BNDES tem buscado, em alinhamento às políticas públicas do Governo Federal, atuar na redução das desigualdades e no desenvolvimento regional por meio da inclusão produtiva de populações de baixa renda.

Produtos e instrumentos de apoio

O BNDES conta com portfólio de políticas e de diferentes produtos e instrumentos de apoio, que permitem a realização de financiamentos de operações de mercado e a prestação de garantias:

Produtos	Os produtos definem a sistemática de operacionalização do financiamento e são desenhados para permitir o apoio a empreendimentos públicos e privados, bem como à produção, comercialização e aquisição de bens e serviços, atendendo clientes de diferentes portes. A operação pode ser diretamente com o BNDES ou por meio da rede de agentes financeiros credenciados, nas formas de apoio indireta não automática e automática. O Banco atua ainda com produtos de mercado de capitais, mediante a subscrição de valores mobiliários, títulos corporativos em ofertas públicas e fundos de investimento.
Recursos não reembolsáveis	Os recursos não precisam ser reembolsados e têm aplicação restrita em projetos de caráter social, cultural, ambiental, científico e tecnológico, complementando o apoio financeiro reembolsável do BNDES para esses temas estratégicos. Os recursos têm origem em parte do lucro do Banco, como o Fundo Social, ou em doações externas, como o Fundo Amazônia.
Fundos garantidores	Há ainda fundos que complementam garantias de financiamentos do BNDES, como o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), importante instrumento para ampliar o acesso ao crédito das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Nesse caso, não há desembolsos para as operações, apenas pagamentos ao agente que assumiu o risco de crédito nos casos de inadimplência.

Organismos nacionais de fomento

Bancos de desenvolvimento - BNDES

Produtos

Recursos não reembolsáveis

Fundos garantidores

Produtos

Existem 12 produtos no portfólio do BNDES. Para esse estudo foram selecionados 3 produtos, que estão diretamente alinhados com o escopo do projeto: BNDES Microcrédito, BNDES Finem e aporte em fundos.

Produto	Descrição
BNDES Microcrédito	Destinado a ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais.
BNDES Finem	Financiamentos a projetos e empreendimentos de investimento de valor superior a R\$ 20 milhões, entretanto existem exceções. O Finem se divide em linhas de financiamentos que são voltadas para o setor de atuação da empresa e porte. São 29 linhas de financiamentos e foi analisada a linha de Investimento Sociais de Empresas (ISE).
Aporte em fundos	Aporte direto em fundos de Venture Capital e aporte em fundos não reembolsáveis, como o Fundo Social.

BNDES Microcrédito

O microcrédito é a concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais. O objetivo é promover a economia popular, visando incentivar a geração de trabalho e renda, inclusão social, complementação de políticas sociais e/ou promoção do desenvolvimento local.

Especificações do financiamento

Quem tem direito	Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, ou seja, aquelas que obtenham receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil em cada ano-calendário.
Objetivo dos recursos	Voltado ao financiamento de capital de giro e/ou de investimentos produtivos fixos, como obras civis, compra de máquinas e equipamentos novos e usados, e compra de insumos e materiais.

Como o crédito chega ao consumidor

O apoio é feito de forma indireta, por meio do financiamento aos agentes operadores, que repassam os recursos diretamente ao microempreendedor.

Dessa forma, uma vez que o BNDES atua como repassador, os valores dessa frente foram computados no segmento Pessoa Jurídica – no mecanismo microcrédito.

Organismos nacionais de fomento

Bancos de desenvolvimento – BNDES Finem

Produtos
Recursos não reembolsáveis
Fundos garantidores

Produtos

Dentro do produto BNDES Finem - Financiamento a empreendimento – existe a Linha de Investimento Social de Empresas (ISE). Essa é destinada à implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais realizados por empresas, associações ou fundações, isoladamente ou em parceria com instituições públicas, associações com fins não econômicos ou organizações com fins de lucro que objetivem a elevação do grau de responsabilidade social empresarial e que sejam voltadas para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos.

Existem dois formatos de desembolso da ISE, conforme detalhado abaixo:

Formatos de desembolso do ISE	
Subcrédito Social	Contrato específico

Apoio financeiro a projetos ou programas de investimentos sociais vinculado a outro financiamento de projeto econômico do cliente.

Apoio financeiro a projetos ou programas de investimentos sociais que não são vinculados a financiamento de projeto econômico do cliente.

Desembolso Linha de Investimentos Sociais

O BNDES desembolsou **R\$ 154,1 milhões** em 2013 na sua linha de investimentos sociais. Apesar de ocorrer uma queda em relação ao último ano, o investimento vem crescendo a uma taxa média de 40% a.a. (Relatório Anual BNDES, 2013)

Existem dois formatos de desembolso ISE:

a) Âmbito da Empresa: ações onde o público-alvo são os empregados da empresa e seus dependentes ou familiares, os empregados de fornecedores de insumos, materiais e serviços ou clientes.

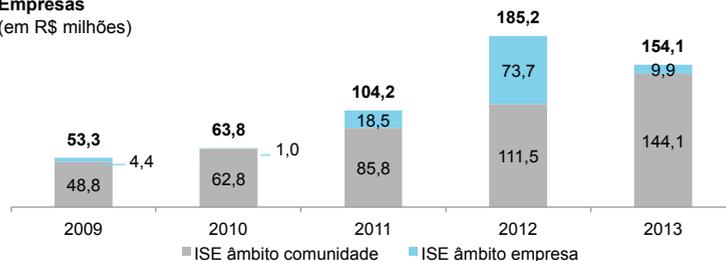
b) Âmbito da Comunidade:

- ambiente externo com influência local e microrregional – ações que tenham como público-alvo as populações localizadas em comunidades do entorno ou das áreas de influência geográfica das empresas;
- ambiente macrossocial – ações que beneficiem segmentos da população nacional, não diretamente associados às iniciativas empresariais ou em suas áreas de influência, que visem somar esforços com programas e políticas sociais públicas.

A maioria dos desembolsos são voltados para o âmbito da comunidade. No último ano, foram 94% voltados para esse formato (Relatório Anual BNDES, 2013).

Evolução do desembolso – Linha de Investimentos Sociais de Empresas

(em R\$ milhões)



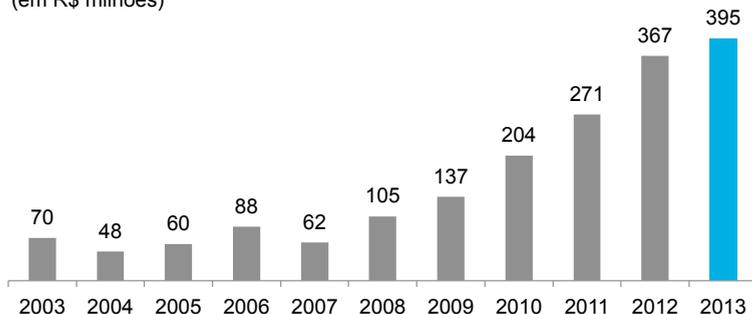
Organismos nacionais de fomento

Bancos de desenvolvimento – BNDES recursos não reembolsáveis

Produtos
Recursos não reembolsáveis
Fundos garantidores

Em 2013 o BNDES desembolsou R\$ 395 milhões para financiamento de empreendimentos sociais. O desembolso de recursos não reembolsáveis cresceu mais do que quatro vezes nos 10 anos anteriores, uma taxa média anual de 19% (Relatório Anual BNDES – 2013).

Evolução do recursos não reembolsáveis - BNDES
(em R\$ milhões)



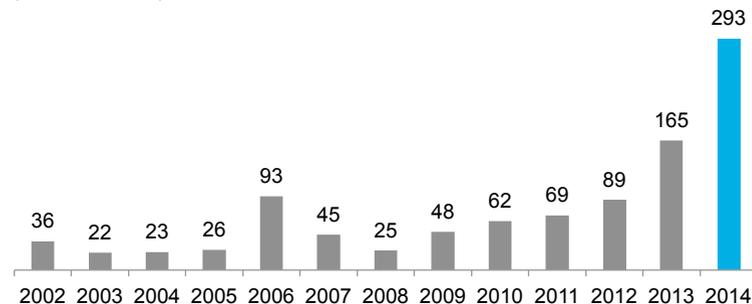
Para efeito desse estudo, consideraremos que a aplicação não reembolsável com maior impacto social é a realizada através do BNDES Fundo Social – mas valem menções ao **Fundo Amazônia** e o **Fundo de Estruturação de Projetos (BNDES FEP)**

BNDES Fundo Social:

Origem dos recursos: reversão dos lucros anuais do BNDES.

Objetivo: apoiar projetos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras atividades vinculadas ao desenvolvimento regional e social.

Evolução do recursos Fundo Social
(em R\$ milhões)



Organismos nacionais de fomento

Bancos de desenvolvimento – BNDES Fundo garantidor

Produtos

Recursos não
reembolsáveis

Fundos
garantidores

O **BNDES FGI** é um fundo de natureza privada administrado pelo Banco que tem o objetivo de facilitar a obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas, além de empreendedores individuais e caminhoneiros autônomos. Visa incentivá-los, assim, a crescer e a se modernizar. Entre os cotistas do Fundo estão a União Federal, o BNDES e instituições financeiras públicas e privadas.

Ao pedir crédito, empresas e empreendedores de menor porte frequentemente encontram dificuldades em atender as garantias exigidas pelas instituições financeiras. Tais dificuldades muitas vezes inviabilizam a contratação do financiamento desejado ou levam à aprovação de um financiamento em condições menos favoráveis do que as ideais, considerando variáveis como os prazos de carência e amortização, taxa de juros e valor de entrada.

Ao complementar as garantias oferecidas pelas empresas, o BNDES FGI aumenta as chances de aprovação dos pedidos de crédito, sendo, portanto, uma alternativa real de suporte às ambições de crescimento dessas empresas. Além disso, a garantia do BNDES FGI, por ser bem avaliada pelas instituições financeiras, também permite que estas aprovelem o financiamento em melhores condições, por exemplo: com prazos mais longos, menores exigências de entrada e até mesmo com menores taxas de juros.

Alguns exemplos são: capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, projetos de expansão de unidades produtivas, aquisição de softwares nacionais, produção voltada à exportação, entre outros.

Dados Fechamento de 2014

Quantidade de operações garantidas: 26.008 operações

Valor financiado: R\$ 4,7 bilhões

Valor garantido: R\$ 3,3 bilhões

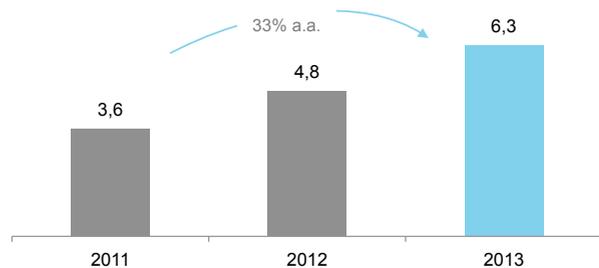
Uma vez que este instrumento não representa diretamente uma fonte de recursos, esses valores não serão somados para a construção do dado consolidado

Organismos nacionais de fomento

Agências de fomento

Segundo previsão do ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento), o saldo de operações de crédito das agências de fomento segue crescendo consideravelmente em 2014 na comparação com 2013. Nos últimos dois anos, o saldo de operações das agências existentes cresceu 69%, de R\$ 3,6 bilhões em 2011, para R\$ 6,4 bilhões em 2013.

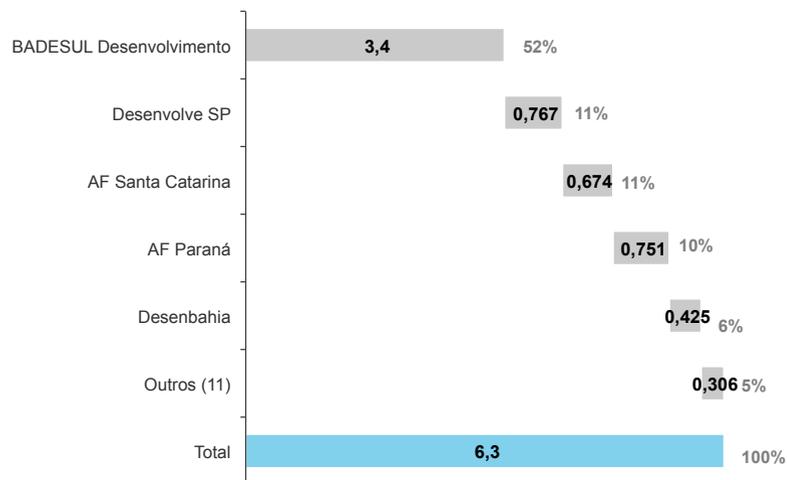
Evolução das operações de crédito
(em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

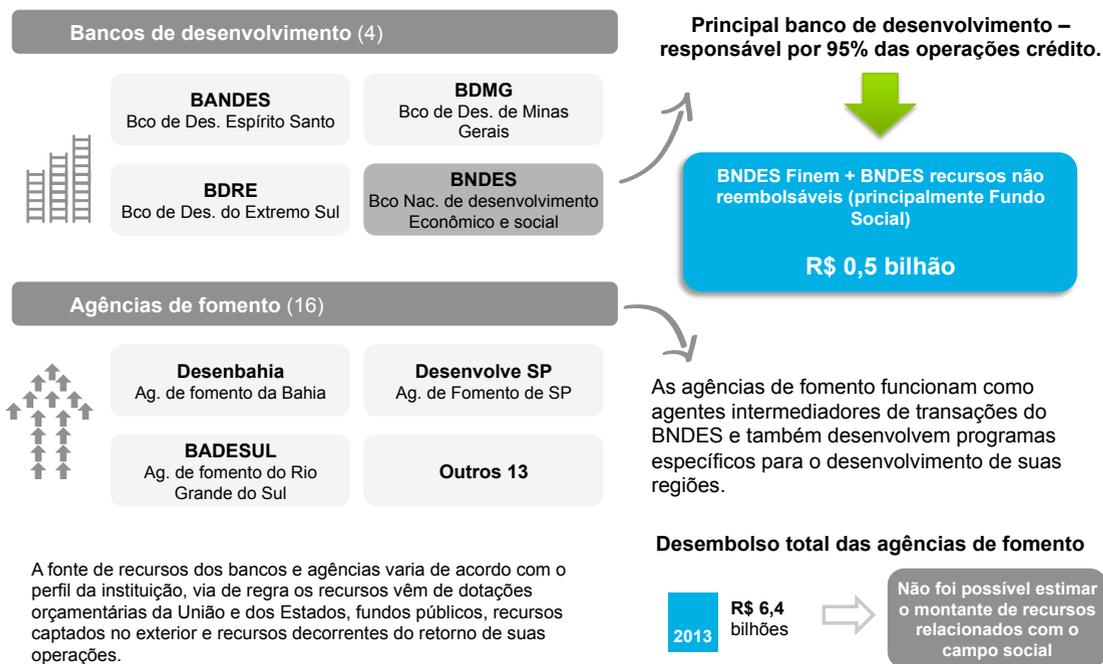
Cinco das agências de fomento foram responsáveis por 95% das operações de crédito realizadas em 2013. Importante destacar que parte dos recursos dessas agências é repasse de valores do BNDES.

Desembolso por agência de fomento
(em R\$ bilhões)



Organismos nacionais de fomento

Recursos relacionados com o campo social



A fonte de recursos dos bancos e agências varia de acordo com o perfil da instituição, via de regra os recursos vêm de dotações orçamentárias da União e dos Estados, fundos públicos, recursos captados no exterior e recursos decorrentes do retorno de suas operações.

*Nota: Valor ajustado pela inflação mais o PIB referente ao exercício de 2014

Considerações

Os Bancos de desenvolvimento e agências de fomento são atores fundamentais no tema de desenvolvimento social. Sobre o capital destacam-se as seguintes características:

✓ **Alta quantidade de recursos**

Analisando o BNDES, observa-se que existe uma enorme quantidade de recursos que são divididos em reembolsáveis ou não. Mesmo os reembolsáveis podem ser interessantes de acordo com a taxa de juros e o objetivo (o valor relativo a microcrédito não será somado, uma vez que já está incluído na meta de pessoa física).

✓ **Necessidade de adequação do projeto**

Para acessar os recursos dos bancos é preciso ter um projeto ou perfil que seja específico para o programa, fundo ou produto. É fundamental que o solicitador do crédito se encaixe nas exigências que podem variar por porte da empresa, tipo de instituição (PJ, municipal, estadual) ou especificidade do projeto. Destaca-se também o subcrédito social como uma importante ferramenta, porém ainda muito incipiente no mercado e que merece muita atenção.

✓ **Ausência de alteração na legislação**

Destaca-se também que para acessar os recursos do BNDES não se exige alteração na legislação.

Organismos Multilaterais de Crédito

- Introdução
- Volume de projetos
- Projetos em andamento no Brasil
- Panorama de projetos
- Visão consolidada

Organismos Multilaterais de Crédito

Introdução

Características

Organismos Multilaterais de Crédito são organizações formadas por mais de um país, que possuem como um de seus objetivos a concessão de crédito à entidades nacionais e sub-nacionais.

Os projetos desenvolvidos em conjunto com os organismos multilaterais de crédito exigem a coparticipação financeira do governo. Tendo em vista a necessidade de aporte de recursos do governo, compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar a preparação de projetos do setor público com apoio financeiro de fontes externas, mediante prévia manifestação da Comissão de Financiamentos Externos, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (COFIEEX).

Para a aceitação de projetos e, conseqüentemente seus recursos, são requeridas algumas premissas, sendo as principais:

- Compatibilidade do projeto com as prioridades e metas fiscais do Governo Federal, e compatibilidade do financiamento externo com as políticas do Governo Federal;
- Enquadramento do projeto dentro dos programas e das ações, assim como a existência de recursos previstos no Plano Plurianual - PPA compatíveis com o pleito, bem como a observância de fontes de recursos vinculadas, alternativas ao financiamento externo;
- Existência de recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual - LOA e, quando for o caso, na proposta orçamentária para o exercício seguinte;

¹ Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Principais Organismos Multilaterais de Crédito com os quais o Brasil mantém cooperação financeira ¹

- Banco Mundial (BM)/Banco Internacional para Reconstruções e Desenvolvimento (BIRD)
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- Corporação Andina de Fomento (CAF)
- Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)
- Japan Bank for International Cooperation (JBIC) - Banco Japonês
- Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) - Banco Alemão
- Global Environment Facility (GEF)
- Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)
- Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (FIDA)

Organismos Multilaterais de Crédito

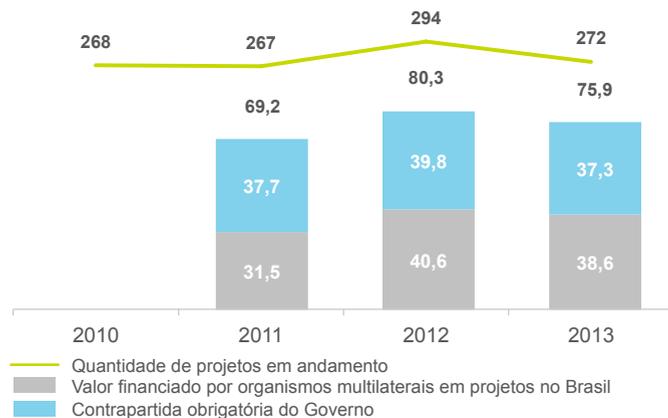
Volume de projetos

Histórico de Projetos no Brasil

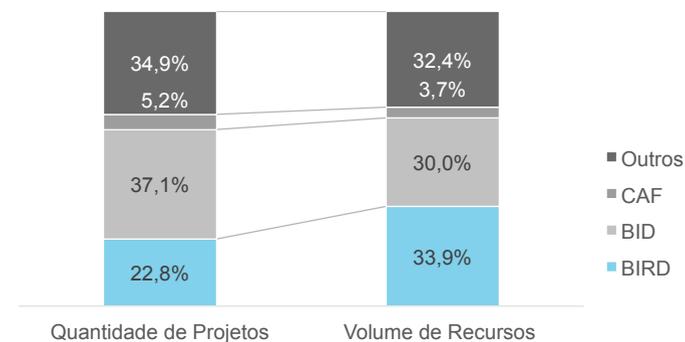
Foram levantados os projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal que estiveram em andamento durante os exercícios de 2010 a 2013 e o volume de recursos envolvidos. Não foram localizados dados relativos aos valores de recursos envolvidos nos projetos em andamento no exercício de 2014.

A carteira de projetos em execução no exercício de 2013 contabiliza um volume de recursos desses Organismos de US\$ 38,6 bilhões, que somados a US\$ 37,3 bilhões de contrapartida do governo, totalizam um aporte em projetos no valor de **US\$ 75,9 bilhões**².

Evolução da carteira de projetos (US\$ bilhões)



Participação dos organismos financiadores (2013)



²Fonte: Prestação de Contas da Presidência da República

Organismos Multilaterais de Crédito

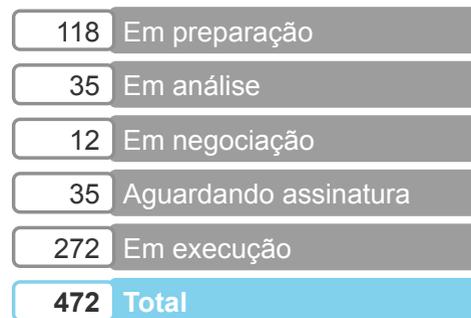
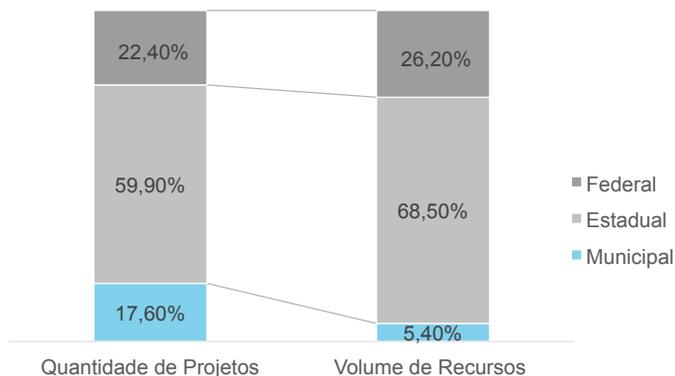
Projetos em andamento no Brasil

Análise dos Projetos em andamento no Brasil, no exercício de 2013

272 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal estiveram em andamento em 2013. Tais projetos totalizam **US\$ 75,9 bilhões**.³

Ao final de 2013 a carteira ativa de projetos da Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain/MP) apresentava 472 projetos⁴, em todas as fases do ciclo de vida dos projetos.

Participação dos organismos financiadores (2013)



³ Fonte: Prestação de Contas da Presidência da República

⁴Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seain/MP).

Organismos Multilaterais de Crédito

Panorama de projetos

Foram levantados diretamente dos sites dos próprios organismos aqueles projetos co-financiados que estiveram em andamento no Brasil. Em que pese ter sido verificado que a maioria dos projetos são voltados para a área de infraestrutura, foi possível destacar aqueles entendidos como de maior potencial de impacto social, conforme abaixo:

Entidade	Breve Histórico	Projetos com investimentos por meio de mecanismos de finanças sociais
BID	No exercício de 2012 a 2014 foram localizados 159 projetos já aprovados e 22 projetos em preparação. Os projetos aprovados somam US\$ 7,1 bilhões financiados pelo Banco e aqueles em preparação estimam somar US\$ 2 bilhões.	Nesta etapa foram analisados os 472 projetos existentes nas entidades, que representam um montante de US\$ 23 bilhões. Para identificar a existência de investimentos por meio de mecanismos de finanças sociais, foram investigados cada um dos projetos, sendo, pouco mais de 1% dos mesmos, considerado como finanças sociais.
BIRD	Foram aprovados 36 projetos entre o exercício de 2012 a 2014, que somam US\$ 8,7 bilhões financiados pelo Banco. Não estão disponíveis dados sobre os projetos em preparação.	
CAF	Entre 1997 e 2012, a instituição realizou no Brasil 20 projetos, que somam US\$ 1,7 bilhão financiado.	
FIDA	Em 2014, foram localizados 4 projetos em andamento e 2 projetos em preparação. Os projetos em andamento contemplam US\$ 221,5 milhões em valor financiado e os em preparação somam US\$ 231,1 milhões a serem financiados.	
FON PLATA	Foram identificados 10 projetos executados desde 1994, totalizando o montante de US\$ 15,7 milhões financiados, e 4 projetos ainda em andamento que somam US\$ 45,4 milhões em financiamento pela instituição.	
GEF	Foram localizados 10 projetos que estiveram ou estão em execução relativos ao período entre os exercícios de 2001 e 2014, que somam US\$ 77,2 milhões em valor financiado.	

⁵ Dados extraídos dos sites dos próprios organismos

Organismos Multilaterais de Crédito

Recursos relacionados com o campo social

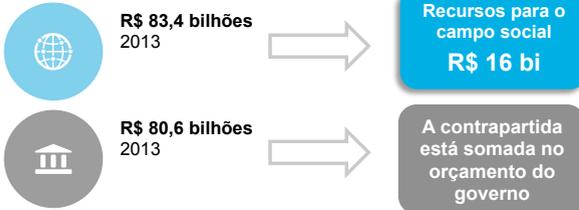
BM	BID	CAF
AFD	JBIC	KFW
GEF	FONPLATA	FIDA

Os projetos dos organismos multilaterais de crédito exigem a coparticipação financeira do governo.

- ✓ Ao final do exercício de 2013 estavam em execução **272 projetos**. Ao todo a carteira somou 472 projetos em fases diferentes de desenvolvimento durante o exercício analisado.



Carteira de projetos no Brasil



Valor financiado por organismos multilaterais em projetos no Brasil
 Contrapartida obrigatória do Governo

Considerações

Os organismos multilaterais de crédito aportaram mais de **R\$ 83 bilhões no País** durante o exercício de 2013, contudo, existem especificidades para acessar esse recurso.

- ✓ **Necessidade de alinhamento com a legislação orçamentária**
 O aporte de recursos dos Organismos Multilaterais se dá mediante contrapartida do governo que, para ser viabilizada é necessário que haja previsão orçamentária (PPA, LDO e LOA).
- ✓ **Concentração de projetos na esfera estadual**
 Apesar de existirem, nas esferas federal e municipal, projetos com aporte de recursos dos organismos multilaterais de crédito, o principal volume de recursos se concentra na esfera estadual.
- ✓ **Projetos voltados para infraestrutura**
 Adicionalmente, nota-se que os principais projetos ativos financiados por estes organismos, são voltados para a construção de infraestrutura logística.

Nota: Valores convertidos pela taxa média do dólar de 2013 (US\$ 1 x R\$ 2,1605)
 *Nota: Valor ajustado pela inflação mais o PIB referente ao exercício de 2014

Pessoas Jurídicas

- Introdução
- Empresas - Panorama das ações sociais
- Empresas - Investimento social privado
- Empresas - Recursos incentivados
- Empresas - Recursos incentivados – Entidades civis sem fins lucrativos
- Instituições Financeiras - Microfinanças
- Instituições Financeiras - Evolução do microcrédito produtivo orientado (MPO)
- Fundos de Investimento - Panorama da indústria de fundos de investimento no Brasil
- Fundos de Investimento - Fundos de investimento de impacto
- Recursos relacionados com o campo social

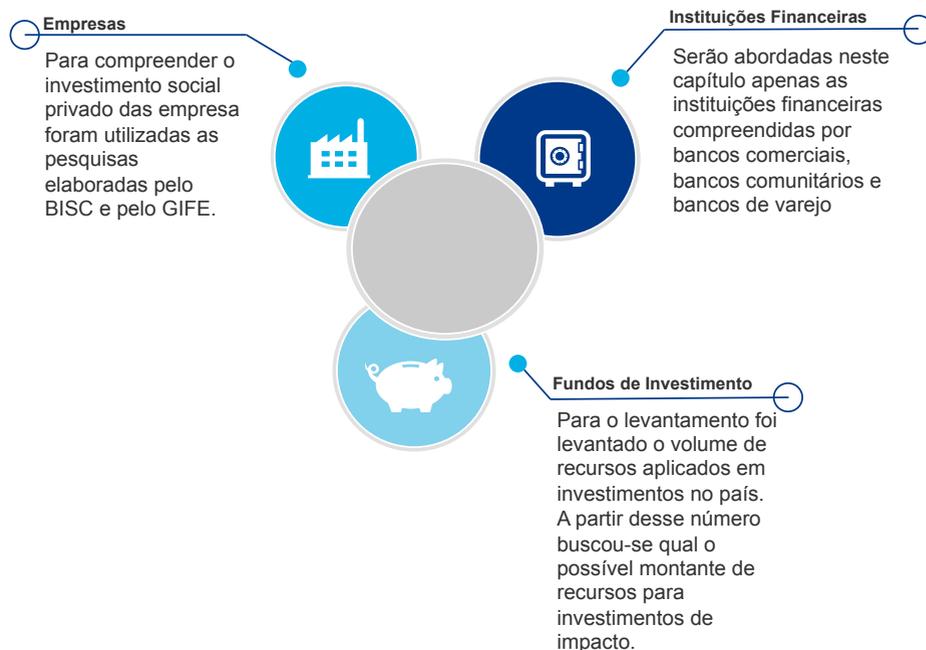
Pessoas Jurídicas

Introdução

Neste capítulo serão tratados: empresas, instituições financeiras (bancos) e fundos de investimentos.

O mercado brasileiro é carente de informações sobre o investimento social privado no País. Os estudos existentes não abrangem a totalidade de pessoas jurídicas. Para quantificar um volume de investimentos por esses atores foi necessário adotar premissas com base na atualização de estudos, referências internacionais e extrapolações.

Sabe-se que as pessoas jurídicas são um importante ator no ecossistema de finanças sociais em função da capacidade de investimento. Ainda há muito para se explorar nesse mercado, seja por meio das doações empresariais, pelo aumento da utilização dos recursos incentivados ou pelo desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em empreendimentos sociais.





Pessoas Jurídicas - Empresas

Panorama das ações sociais

Para compreender o panorama da ação social das empresas foi explorado o estudo "Pesquisa Ação Social das Empresas"¹. A pesquisa foi um mapeamento da participação do setor empresarial em atividades sociais.

O conceito utilizado pela pesquisa para definir "ação social empresarial" foi deliberadamente amplo, tendo sido considerada qualquer atividade que as empresas realizaram, em caráter voluntário, para o atendimento de comunidades nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, entre outras. Essas atividades incluem desde pequenas doações eventuais a pessoas ou instituições, até grandes projetos mais estruturados. **Na pesquisa foram excluídas do conceito de ação social, portanto, as atividades executadas por obrigação legal.**

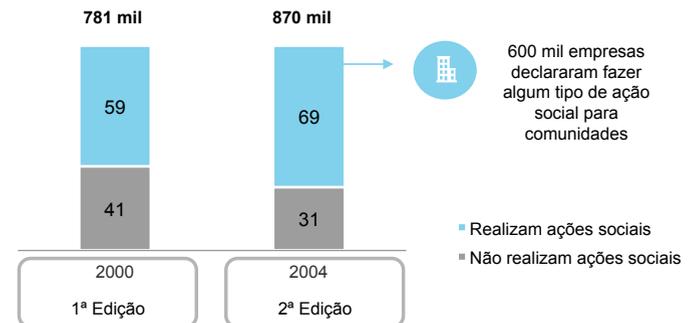
Informações sobre as pesquisas	1ª Edição	2ª Edição
Ano da publicação	2002	2006
Ano base dos dados	2000	2004
Amostra número de empresas	9,1 mil	9,9 mil
Representatividade	781 mil	870 mil

A amostra expandida é baseada na quantidade de empresas que responderam e por meio de procedimentos estatísticos. É projetada para o universo de empresas no país, portanto o universo da pesquisa é de 870 mil empresas.

¹) A iniciativa privada e o espírito público - Um retrato da ação social das empresas no Brasil IPEA 2002

Segundo o estudo, houve um crescimento na proporção de empresas que declaram realizar algum tipo de ação social para a comunidade. O crescimento corresponde a 10 pontos percentuais quando analisado o conjunto de empresas brasileiras, passando de 59%, em 2000, para 69%, em 2004, o que representa 600 mil empresas.

Empresas que realizam ações sociais (em %)





Pessoas Jurídicas - Empresas

Panorama das ações sociais

O investimento social no Brasil por parte das empresas em 2004 foi de R\$ 4,7 bilhões – o que representou 0,27% do PIB. A pesquisa afirma que apesar de ocorrer um crescimento de 10 pontos percentuais na proporção de empresas, o investimento social não acompanhou esse movimento entre 2000 e 2004.

A redução do recurso se justifica principalmente pelo comportamento das empresas do Sudeste, que saíram de um investimento de 0,66% do PIB da região para 0,34%. No entanto, é importante ressaltar que nas demais regiões a entrada de novas empresas na área social acaba por compensar uma provável redução dos recursos.

Recursos investidos* em relação ao PIB (%)

Região	Recursos Investidos em 2004 (em R\$)	2000	2004	Varição
Sudeste	3,3 bilhões	0,66	0,34	↓
Nordeste	0,537 bilhão	0,20	0,22	↑
Sul	0,562 bilhão	0,19	0,19	→
Centro-oeste	0,240 bilhão	0,16	0,18	↑
Norte	0,093 bilhão	0,10	0,11	↑
Brasil	4,7 bilhões	0,43	0,27	↓

* Em valores constantes de 2004. Deflacionado pelo INPC médio anual
 ** Para ajuste foi aplicado o crescimento do PIB mais a inflação

As empresas declaram atuar principalmente em duas temáticas: Alimentação e abastecimento (52%) e assistência social (41%). A pesquisa não aborda o detalhamento do que está se considerando em cada temática, portanto é preciso olhar os percentuais com cautela. Em alimentação podem estar inclusas cestas doadas pelas empresas, inclusive no Natal.

Principais ações desenvolvida pelas empresas (em 2004)





Pessoas Jurídicas - Empresas

Investimento social privado

Partindo do panorama da ação social das empresas, decidiu-se como foco desse estudo o investimento social privado feito por elas. Para estimar tal investimento, foram considerados dois estudos, o Censo GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) e o BISC (Benchmark de Investimento Social Corporativo) realizado pela Comunitas.

A base predominante do BISC são empresas, enquanto a do Censo GIFE são fundações. Destaca-se que os estudos analisados são de bases de anos diferentes: o BISC tem uma publicação de 2013 (ano base 2012) e o GIFE, de 2012 (ano base 2011). Entretanto, conforme o tipo de análise, os números serão projetados para melhor comparação. Sempre que possível, os dados serão separados entre empresas e fundações.

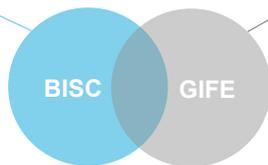
Detalhamento das amostras

Amostra BISC

- 224 empresas
- 30 fundações empresariais
- 1 instituto independente
- 1 federação de empresas do setor de indústrias

(ano base 2012)

(2) Comunitas - Relatório BISC 2013
(3) Censo GIFE 2011-2012

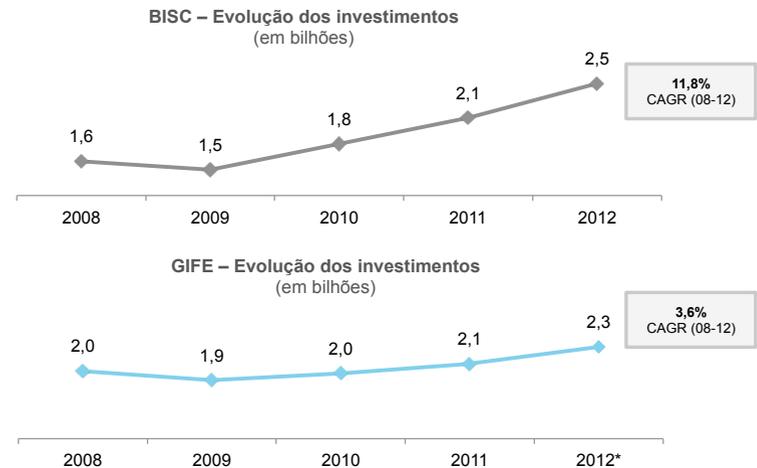


Amostra GIFE

- 13 empresas
- 58 fundações empresariais
- 29 fundações e associações familiares, independentes e comunitárias

(ano base 2011)

A publicação do BISC aponta que o investimento social atingiu um valor de R\$ 2,5 bilhões com a sua base de respondentes em 2012, enquanto os dados do GIFE estimam para 2012 um valor de R\$ 2,3 bilhões. Nota-se que apesar de haver diferença entre as bases de respondentes, os valores de investimentos são próximos um ao outro. Adicionalmente, sabe-se que existe sobreposição de alguns grandes investidores.



Nota: Uma parte do investimento social privado se sobrepõe aos números das fundações tratadas em capítulo próprio

Pessoas Jurídicas - Empresas

Investimento social privado



Investimento social privado conforme o GIFE

É o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos.

Os elementos fundamentais - intrínsecos ao conceito de investimento social privado – que diferenciam essa prática das ações assistencialistas são:

- preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos;
- estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social;
- envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação.

O Investimento Social Privado pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público e também pela alocação de recursos não-financeiros e intangíveis.

Investimento social privado conforme o BISC

O BISC é uma pesquisa que busca dimensionar todos os recursos financeiros, em bens e serviços, aplicados pelas empresas privadas em projetos e atividades de interesse social, incluindo:

- Apoio a projetos sociais, ambientais e culturais;
- Construção de infraestrutura social, inclusive aquela decorrente da instalação e funcionamento de empresas;
- Apoio permanente ou eventual a organizações formalmente constituídas.

Ações que beneficiem exclusivamente os colaboradores das empresas e suas famílias, doações a comitês políticos e indivíduos e ações promovidas com recursos doados por terceiros não são consideradas no BISC.

Além dos investimentos sociais voluntários, a pesquisa busca captar, separadamente, as aplicações sociais realizadas por imposição legal, atos administrativos ou sessões judiciais, incluindo obrigações decorrentes de licenciamento ambiental e Termos de Ajustes de Conduta.

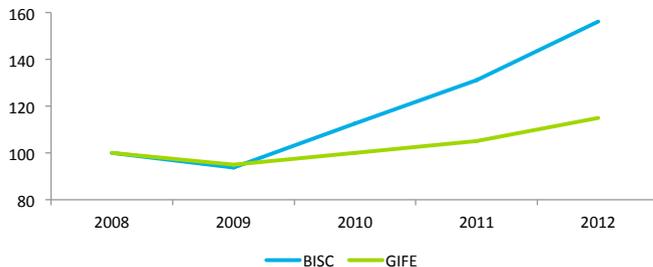


Pessoas Jurídicas - Empresas

Investimento social privado

Analisando a taxa de crescimento dos estudos é possível identificar uma tendência similar. Ambas apresentam queda de 2008 a 2009 e um crescimento nos próximos anos, sendo o do GIFE um pouco menor.

Evolução da taxa de crescimento investimento (base de referência do índice - 2008)



Não é possível estimar o valor exato da representatividade das duas pesquisas no mercado brasileiro. Segundo entrevistas com especialistas, estima-se que esses números representem aproximadamente 1/3 do cenário brasileiro. Adicionalmente, os maiores investidores estão contemplados em ambos estudos, permitindo uma análise dos principais *players* para analisar o mercado de investimento social no País por essas organizações.

Volume de investimento social privado

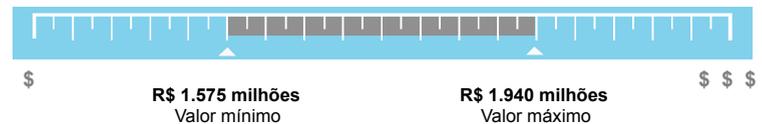
Conforme destacado anteriormente, a pesquisa do BISC tem a maior quantidade de empresas na sua amostra, o que evidentemente aponta um maior montante de recursos. Em 2012, as empresas destinaram R\$ 1,5 bilhão enquanto as empresas da amostra do GIFE fizeram um investimento de R\$ 395 milhões* em 2012.

Investimento social privado 2012	Censo GIFE	BISC
Empresas	R\$ 395 milhões*	R\$ 1,575 milhões

*estimado

Tendo como base as duas pesquisas e ciente da sobreposição entre empresas em ambas as amostras, foi possível estimar uma faixa do volume de recursos. Se considerar que há uma sobreposição de 100% dos valores das duas amostras, o valor mínimo investido seria de R\$ 1,575 milhões (valor total da pesquisa com o maior número), por outro lado, caso não houvesse qualquer sobreposição seria possível dizer que o valor máximo investido é R\$ 1,940 milhões.

Faixa de volume de investimento no setor social por empresas





Pessoas Jurídicas - Empresas

Recursos incentivados

Recursos incentivados

Os recursos incentivados tem evoluído bastante no Brasil nos últimos anos. Abaixo seguem as principais modalidades de incentivos fiscais.

Modalidades de recursos incentivados	Percentual limite de destinação do IR devido para recursos incentivados
• Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente	Até 1% do IR devido
• Fundo do idoso	Até 1% do IR devido
• Lei do Incentivo ao Esporte	Até 1% do IR devido
• PRONON - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica	Até 1% do IR devido
• PRONAS - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência	Até 1% do IR devido
• Fundo Nacional da Cultura – FNC	
• Lei Rouanet	Até 4% do IR devido
• Lei do Audiovisual	
Valor máximo permitido	9%

Para as empresas que apuram o Imposto de Renda pelo Lucro Real é possível utilizar até 9% do IR devido para dedução fiscal, somando 1% do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1% do Fundo do Idoso, 1% da Lei de Incentivo ao Esporte, 1% do PRONON, 1% do PRONAS/PCD e 4% da Lei Rouanet.

Volume de recursos incentivados – BISC e GIFE

Analisando os números do Censo GIFE e BISC de recursos incentivados tem-se um montante de R\$ 352 milhões e R\$ 625 milhões, respectivamente. O estudo do GIFE estima que 15% dos recursos doados são feitos por meio de incentivos fiscais e para os respondentes do BISC, a proporção é de 25%.

Recursos incentivados	Censo GIFE ¹	BISC
Investimento total 2012	R\$ 2,3 bilhões	R\$ 2,5 bilhões
Total de recursos incentivados	R\$ 352 milhões	R\$ 624 milhões
Percentual de investimento com incentivos fiscais	15%	25%

¹ valores estimados

É preciso analisar esses números com cuidado, devido à particularidade da Lei Rouanet. As modalidades de recursos incentivados dessa lei podem ser enquadradas no formato de doação ou patrocínio. O valor do patrocínio é um investimento já definido na estratégia de marketing da empresa (em geral dentro do orçamento de marketing) e apesar de o propósito ser incentivo à cultura, ele não é um volume que deve ser considerado como investimento social. O valor apresentado pelo GIFE de 15% é uma estimativa que já desconsidera o valor de patrocínio. No caso do BISC há uma orientação aos respondentes para desconsiderar esse número na apresentação dos valores.

Pessoas Jurídicas - Empresas

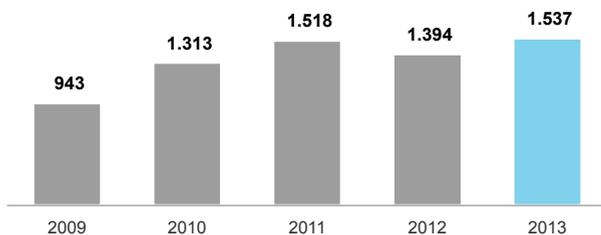
Recursos incentivados



Em 2013, as empresas repassaram R\$ 1,5 bilhão⁴ por meio das leis de incentivos, mas este montante, quando comparado ao seu potencial estimado ainda é um número pequeno. Na estimativa detalhada abaixo buscou-se a arrecadação do imposto de renda de pessoas jurídicas que efetuaram a apuração do imposto de renda devido por meio do lucro real (Receita Federal, 2012), já que o benefício do recurso incentivado é válido apenas para empresas com esse regime de tributação.

Somando-se os incentivos fiscais, uma empresa pode doar até 9% do seu Imposto de Renda devido. Portanto tem-se um potencial de doação de R\$ 6,8 bilhões considerando que todas as empresas fizessem repasse de recursos por meio das leis de incentivos. Atualmente, a doação efetiva é de R\$ 1,5 bilhão o que representa em relação ao potencial 22,4%.

Doações através de recursos incentivados⁶
(valores em R\$ milhões)



(4) Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro 2013

(5) Estudo: Fundos da Criança e do Adolescente: estimativa do potencial de arrecadação e doações efetivas (2004 a 2011)

(6) Demonstrativos dos Gastos Tributários – Sérios 2009 a 2013

Análise dos recursos incentivados por Pessoa Jurídica		2013
Arrecadação PJ		R\$ em milhões
Total arrecadado IRPJ – Lucro real		76.106
Potencial (9%)		6.850
Valores doados por meio de recursos incentivados		
Fundos da Criança e do Adolescente		206
Fundos do Idoso		21
Incentivo ao Desporto		184
Programa Nacional de Apoio à Cultura		1.102
Pronas/PCD		9
Pronon		13
Total		1.537
Doação efetiva em relação ao potencial (%)		22,4%



Pessoas Jurídicas - Empresas

Recursos incentivados – Entidades civis sem fins lucrativos

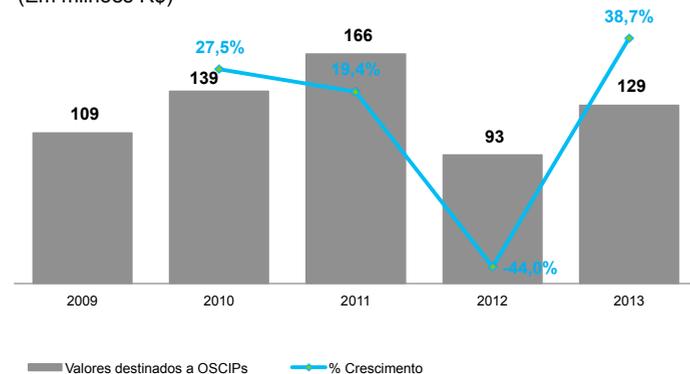
Conforme antes ressaltado, apenas as pessoas jurídicas podem utilizar incentivos fiscais nas doações diretas para entidades civis sem fins lucrativos de qualquer natureza.

Dedução de Doações

A legislação vigente possibilita a dedução no Imposto de Renda de até 2% (dois por cento) sobre o lucro operacional das pessoas jurídicas que fizerem doações às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) ou a entidades civis legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora e de seus respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem.

A seguir foram levantados os valores estimados pela Receita Federal⁷ que foram deduzidos a título de doações para estas entidades:

Valores destinados a entidades civis sem fins lucrativos
(Em milhões R\$)



(7) Receita Federal - Demonstrativos dos Gastos Tributários – Séries 2009 a 2013

Pessoas Jurídicas - Instituições financeiras

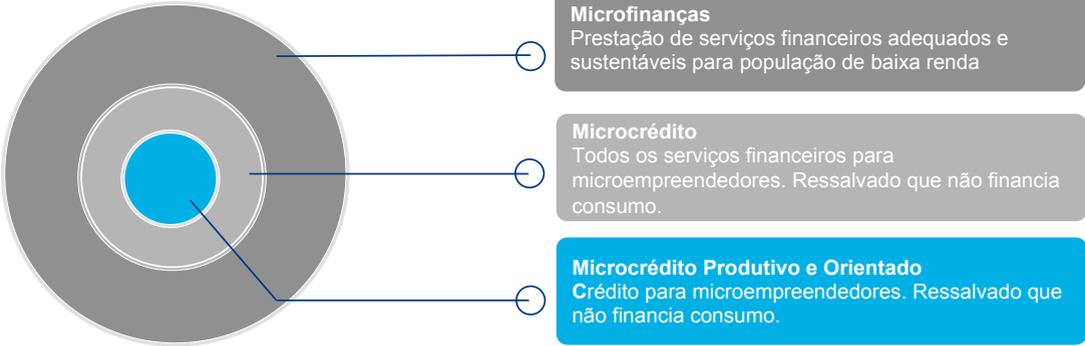
Microfinanças



Dentro das instituições financeiras, buscou-se analisar as microfinanças dentro do contexto social, o que abrange a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados.

Para esse estudo, considerou-se apenas o microcrédito produtivo orientado como mecanismo de microfinanças, alocado através da lógica de finanças sociais, apesar de existirem outros mecanismos ligados a finanças sociais.

Microfinanças, microcrédito e Microcrédito Produtivo Orientado (MPO)⁸



(8) Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito



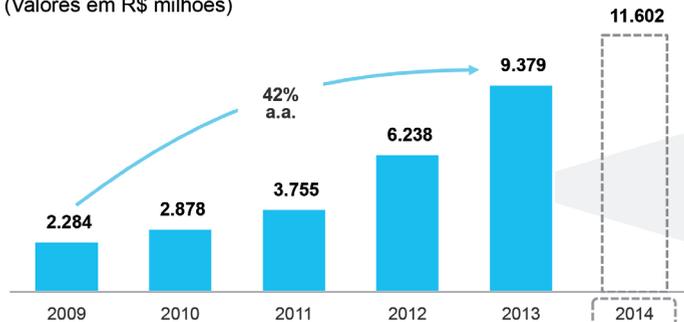
Pessoas Jurídicas – Instituições Financeiras

Evolução do microcrédito produtivo orientado (MPO)

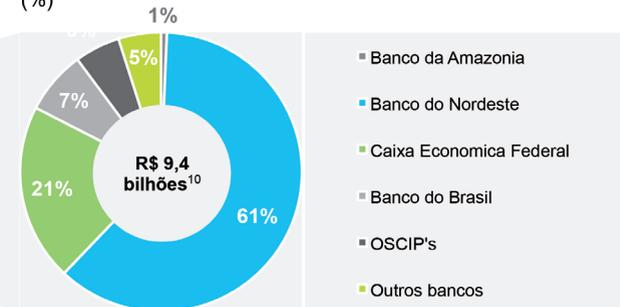
Em abril de 2005, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) objetivando incentivar a geração de trabalho a microempreendedores e oferecer apoio às instituições de MPO, com vistas ao seu fortalecimento institucional para a prestação de serviços aos empreendedores populares. **São considerados microempreendedores populares as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com receita bruta anual de R\$ 120 mil (Alterado pelo Decreto 6.607 de 21/10/2008).**

Conforme gráfico abaixo, o valor concedido em microcrédito cresceu a uma taxa anual de 42% entre 2009 e 2013. Em 2013 foram concedidos R\$ 9,4 bilhões em microcrédito, sendo o Banco do Nordeste e a Caixa Econômica Federal os principais meios de acesso, representando 82% do volume total do valor concedido.

Evolução do valor concedido do microcrédito⁹
(Valores em R\$ milhões)



Distribuição do crédito concedido por instituição (2013)
(%)



Projeção realizada considerando o valor de microcrédito concedido pelo Banco do Nordeste¹¹ em 2014, mantido o mesmo *Market Share* deste banco em 2013 (61%).

(9) Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

(10) Número não inclui operações de microcrédito de bancos comerciais que não se encaixam nas diretrizes do PNMPO
Relatório de dados de programa de microcrédito 4º trimestre de 2012 / 2013 – Ministério do Trabalho e Emprego

(11) Valores Desembolsados – Resultado CredAmigo Banco do Nordeste 2014



Pessoas Jurídicas - Fundos de investimento

Panorama da indústria de fundos de investimento no Brasil

Para o levantamento relativo a fundos de investimentos, foi identificado o volume de recursos aplicados em investimentos no País. A partir desse número buscou-se afinar qual o possível montante de recursos para investimentos de impacto. Entende-se por investimento de impacto:

“Investimento de capital em negócios e fundos que geram impacto social e/ou ambiental positivo, além do retorno financeiro, visando deliberadamente esse retorno socioambiental. O retorno financeiro desses investimentos pode variar desde do retorno do principal investido até retornos acima da média do mercado.”*

Opções de Investimentos	Definição	Ativos 2014
Renda Fixa	É uma aplicação na qual o investidor compra títulos de bancos, empresas ou do governo e recebe uma rentabilidade que pode ser determinada já no momento da aplicação. A rentabilidade será o valor da aplicação, mais os juros pelo período em que o dinheiro ficar investido. Curto Prazo, Referenciado DI, Renda Fixa	R\$ 1.25 tri
Renda Variável	Investimento em ativos onde não se conhece previamente os rendimentos futuros, sendo que o valor do resgate pode assumir valores superiores, iguais ou inferiores ao valor aplicado. Ações, Participações	R\$ 332 bi
Previdências	Previdência	R\$ 400 bi
Outros	Exclusivo Fechado, FIDC, Imobiliário, Off Shore	R\$ 188 bi
Renda Alternativa	Multimercados, Cambial, Dívida Externa	R\$ 516 bi
Venture Capital (VC) / Private Equity (PE) ⁹	Conhecido como capital empreendedor ou capital de risco, é a modalidade de investimento que consiste na compra, por um período pré-determinado, de participação acionária em empresas inovadoras de pequeno/médio porte, de capital fechado, em um estágio inicial de desenvolvimento e com alto potencial de crescimento no curto/médio prazo.	R\$ 152 bi

*Adapted from Pun Palandjian, Tracy. (2010). Investing for Impact: Case Studies Across Asset Classes, Bridges Ventures and The Parthenon Group. Relatório de PL e Captação por Categoria de Fundos e Segmento de Investidor 2014 - ANBIMA

(12) Consolidado Estatístico Junho/2014 ABRAPP e SINDAPP



Pessoas Jurídicas - Fundos de investimento

Fundos de investimento de impacto

A pesquisa "Mapa de Investimentos de Impacto no Brasil"; desenvolvida pela ANDE¹¹, apresenta o mais recente estudo para mapear os principais investidores de impacto do país, o tamanho do mercado, previsões para os próximos anos, além de principais desafios, oportunidades e tendências para o campo.

O estudo identificou 22 investidores no mercado de investimento de impacto brasileiro. Dentre eles, 20 estavam ativos em dezembro de 2013 e dois planejavam entrar no mercado em 2014.

Dezenove dos maiores investidores de impacto brasileiros pesquisados, incluindo gestores de fundos, bancos, fundações, empresas familiares e outros, estimam dedicar 40% a 50% mais capital ao investimentos de impacto em 2014, em comparação com 2013.



Principais destaques

- Entrada de 15 novos investidores de impacto entre 2012 e 2013.
- Espera-se que o número de transações aumente em 100%, de 68 para 136 negócios em 2014.
- A expectativa do retorno financeiro varia entre 10% e 35%.
- 90% dos respondentes relataram usar métricas para avaliar o impacto social e/ou ambiental de seus investimentos.
- 100% dos respondentes relataram escolher seus investimentos com base em seu impacto social, seguido pela sustentabilidade administrativa (60%) e financeira (55%).

(13) ANDE - Mapa do Setor de investimento de Impacto no Brasil

*Taxa média do dólar em 2013 – 2,1605

Pessoas Jurídicas

Recursos relacionados com o campo social

Empresas



Estima-se que **59% das empresas** (PJ) das 782 mil pesquisadas realizam algum tipo de **ação social**. Esse investimento abrange desde ajuda a pessoas em região em volta da empresa, como também benefícios não obrigatórios para funcionários, como cestas básicas e outros. A arrecadação por meio de **recursos incentivados** vem crescendo nos últimos anos e tem um **enorme potencial** para ser explorada. (Fonte: IPEA, Junho 2008, McKinsey Study, 2008)

Estimado em **R\$ 7 bilhões** o investimento social privado em 2008.

Investimentos de impacto



A pesquisa "Mapa de Investimentos de Impacto no Brasil" foi desenvolvida pela ANDE e apresenta o mais recente estudo para mapear os principais investidores de impacto do país. O estudo identificou 22 investidores no mercado de investimento de impacto brasileiro.

A projeção dos gestores de fundos para 2014/15 é alcançar **R\$ 0,71 bilhão** em ativos até 2015.

Microfinanças



Para esse estudo, estamos considerando apenas o microcrédito como mecanismo de microfinanças alocado pela lógica de finanças sociais. Estão em estudo outros mecanismos ligados a inclusão financeira. Considerando o recorte do microcrédito produtivo orientado, o valor concedido por microcrédito em 2014 foi de R\$ 11,6 bi.

R\$ 11,6 bilhões



Considerações

✓ Redirecionamento do recurso

Boa parte dos recursos doados pelas empresas é voltado para financiamento de atividades sociais próprias. É preciso articular com as empresas o acesso a esses recursos.

✓ Mercado incipiente

É um setor que, pela falta de maturidade, não movimenta muito recurso. Entretanto, no longo prazo, tudo indica que poderá movimentar grandes quantias de dinheiro.

Recursos para o campo social
R\$ 19,3 bilhões

Instituições de Finanças Comunitárias

- Cooperativas de Crédito
- Cooperativas de Crédito Singulares no Brasil
- Bancos comunitários
- Recursos relacionados com o campo social

Instituições de Finanças Comunitárias

Cooperativas de crédito

Define-se “cooperativa de crédito” uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados. Está sob fiscalização e regulamentação do Banco Central.



(*) Podem receber repasses de outras instituições financeiras e realizar aplicações no mercado financeiro.

Principais informações das cooperativas no Brasil (BACEN, 2013)



Brasil tem 1.192 cooperativas de crédito.



Dos serviços prestados pelas cooperativas de crédito, destacam-se os principais produtos financeiros oferecidos pelos bancos, como aplicações, investimentos, **empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguro**, etc.



1,49 milhão de indivíduos associados.



Total da carteira ativa: R\$ 30,3 bilhões.



A região Sul é a campeã em participação de cooperados com 2,6% da população em todo o país.

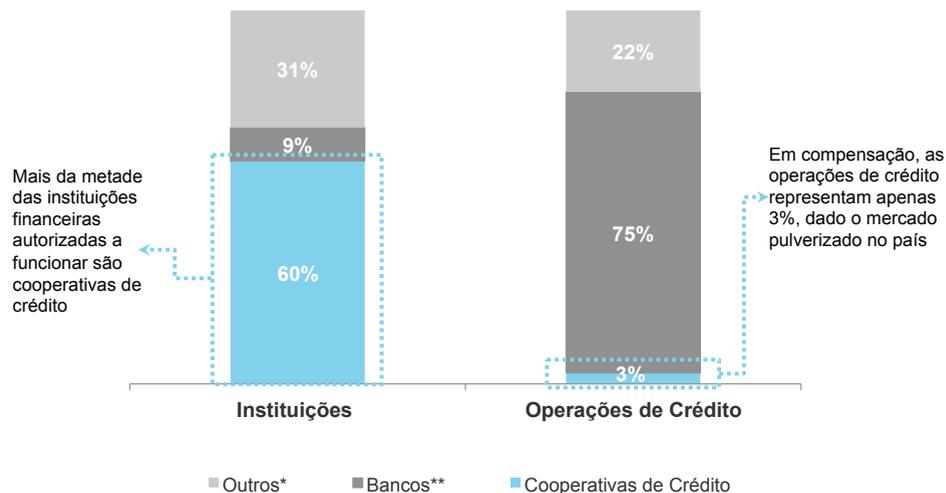
Instituições de Finanças Comunitárias

Cooperativas de crédito

- São 1.192 cooperativas no Brasil e representam 60% do mercado de instituições financeiras. Já os bancos são apenas 176, um percentual de 9%.
- Em operações de crédito, as cooperativas ultrapassaram bancos importantes como HSBC, Safra, Citibank e Banrisul, somando R\$ 79 milhões de reais em empréstimos em 2013.
- Contudo, mesmo em grande concentração, as operações de crédito realizadas pelas cooperativas são pulverizadas. Do total de transações efetuadas em 2013, apenas 3% foram oriundas das cooperativas, o que mostra que, **apesar de estarem em grande quantidade no Sistema Financeiro Nacional, ainda são minoria diante dos bancos, que tem 75% das operações de crédito concentradas em suas instituições.**
- De acordo com o Banco Central, em dezembro de 2013, a representatividade das cooperativas de crédito nos ativos totais do Sistema Financeiro Nacional (SFN) foi de 1,62%.

Participação das Cooperativas de Crédito no SFN¹

Quantidade de instituições e de valores de operações de crédito – Banco Central dados de Junho 2014



(1) Banco Central

(*) Outros incluem : Sociedade de CFI, Sociedade Corretora de TVM, Sociedade Corretora de Câmbio, Sociedade Distribuidora de TVM, Sociedade de Arrendamento Mercantil, Sociedade de Crédito Imobiliário, e Associação de Poupança e Empréstimo, Agência de Fomento, Companhia hipotecária e Consórcio.

(**) Bancos incluem: Bancos Múltiplos, Bancos Comerciais, Bancos de Desenvolvimento, Caixa Econômica Federal, Bancos de Investimentos e Bancos de Câmbio.

Instituições de Finanças Comunitárias

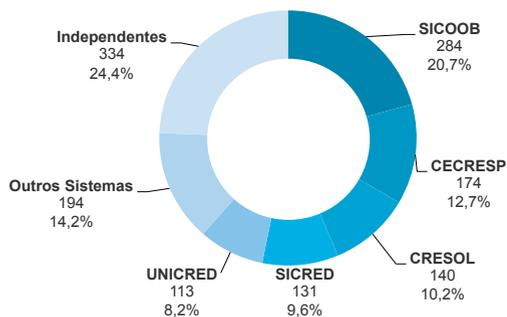
Cooperativas de crédito

Principais Confederações de Cooperativas de Crédito no Brasil

- Dados do Banco Central de 2011 mostram que as cooperativas independentes predominam no mercado, com uma participação de 24,4%.

Market Share das Confederações Cooperativas de Crédito Centrais no Brasil

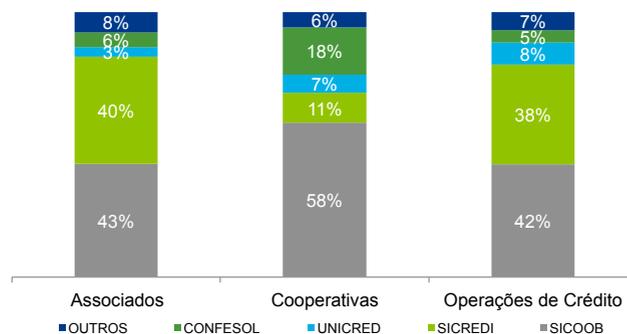
% e quantidade de cooperativas sob supervisão das Confederações de Crédito - Banco Central dados de 2011



Segundo o Banco Central, com base em dados de dezembro de 2013, a SICOOB se configura como a maior cooperativa central do Brasil com 20,7% de participação no mercado, em todos os critérios, como: associados, ativos totais, colaboradores, cooperativas, depósitos totais, operações de crédito, patrimônio líquido e pontos de atendimento.

Principais Centrais e Sistemas de Crédito Cooperativo

% dos indicadores de acordo com as centrais/sistemas de crédito - Banco Central dados de Dezembro de 2013



Instituições de Finanças Comunitárias

Cooperativas de Crédito Singulares no Brasil

Abaixo das Cooperativas Centrais, as singulares são aquelas que estão mais próximas da realidade dos associados e de acordo com o Banco Central, a maior delas é a SICOOB CREDICITRUS, pertencente à Confederação da Sicoob, estabelecida em Bebedouro (SP) com R\$ 2,2 bilhões de reais em operações de crédito. A maioria das cooperativas relacionadas no ranking se encontram na região centro-sul do país.

Sigla	UF	Município	Operações de Crédito* valores em R\$ milhões
SICOOB CREDICITRUS	SP	Bebedouro	2.248
SICOOB COCRED	SP	Sertãozinho	1.101
VIACREDI	SC	Blumenau	1.201
SICRED OURO VERDE	MT	Lucas do Rio Verde	1.110
SICOOB COOPERFORTE	DF	Brasília	985
SICREDI UNIÃO	PR	Maringá	774
CREDICOAMO	PR	Campo Mourão	541
SICREDI PIONEIRA	RS	Nova Petrópolis	631
SICOOB CREDICOM	MG	Belo Horizonte	311
SICREDI VANGUARDA	PR	Medianeira	640
TOTAL (10 primeiras cooperativas)			9.541
TOTAL (1144 restantes)			46.736
Total (1154 Cooperativas Singulares)			56.277

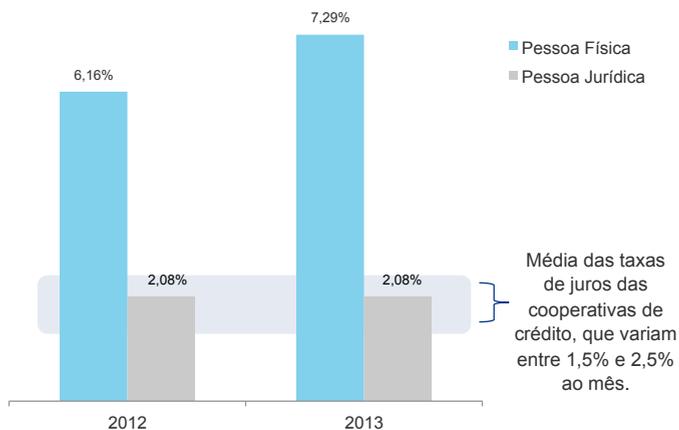
(*) Não estão consideradas as operações de crédito registradas no Ativo Compensado (BNDES, Finame)

(**) Não estão consideradas as captações em Fundos de Investimento, Previdência, Poupança Rural e LCA

Instituições de Finanças Comunitárias

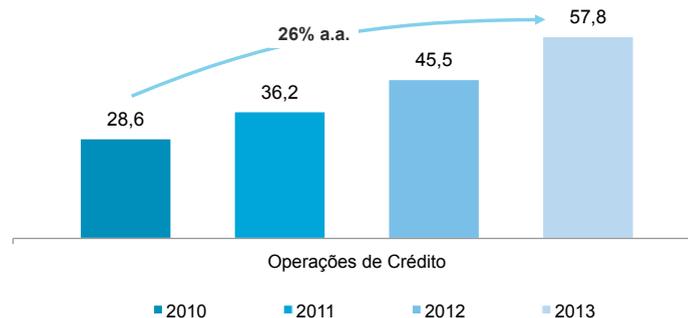
Cooperativas de crédito

Evolução das Taxas de Juros Médias dos Bancos Comerciais
em % - Dados do Banco Central Novembro 2014



- A taxa de juros mais atrativa é um dos principais motivos para a escolha das cooperativas **em vez de** bancos comerciais. No gráfico é possível ver a diferença entre as taxas das cooperativas e dos bancos, reafirmando a preferência pelas instituições financeiras de caráter cooperativo. Estas taxas variam entre 1,5% a 2,5 % dependendo da operação negociada.

Evolução dos termos financeiros das Cooperativas de Crédito
em R\$ bilhões – Dados do Banco Central Dezembro 2013



Instituições de Finanças Comunitárias

Cooperativa de crédito

Programas de cunho social relacionados com as cooperativas de crédito

No Brasil são conhecidas algumas ações que visam o lado social das cooperativas, entre elas o PNMPO, o programa do governo que incentiva o microcrédito produtivo e o Programa Boas Práticas do Sebrae.

Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO):

foi instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2005 e tem os seguintes objetivos gerais:

- Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares;
- Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado;
- Oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras desse público, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. Foi visto em maior detalhe no capítulo que trata de Pessoas Jurídicas.

Programa Boas Práticas (Sebrae): A ideia do programa é que projetos em conjunto com cooperativas e microempreendedores sejam apoiados pelo Sebrae, após a sua escolha pela instituição.

A iniciativa, que valoriza as boas práticas das cooperativas de crédito voltadas para pequenos negócios, envolve recursos da ordem de R\$ 3 milhões, sendo até R\$ 150 mil para cada projeto de intercooperação aprovado, depois de atender ao edital de chamada pública.

Em dois anos e meio, o projeto de Boas Práticas foi implementado por:

- 185 cooperativas financeiras em 17 estados

Ao final de 2013, verificou-se um aumento de 28,9% nas operações de crédito dessas cooperativas, frente a 2012, correspondendo a um aporte de R\$ 1,4 bilhão em créditos para os pequenos negócios.

No sistema cooperativista financeiro, de forma geral, o aumento foi de 23,8%, frente a 5,7% de alta nas demais instituições financeiras no mesmo período.

Estes dados que reafirmam a importância do apoio às cooperativas no incentivo ao microcrédito e ao microempreendedor.

Instituições de Finanças Comunitárias

Bancos comunitários

A quantidade de bancos comunitários dobrou nos últimos 5 anos. Isso se deu pelo aumento de editais federais de apoio ao projeto. Em 2009, eram 51 bancos e, em 2014, **chegaram a 104**.

Os bancos comunitários são um importante ator na economia social. Eles são controlados por associações de moradores, portanto é o próprio grupo que decide para onde será direcionado o crédito, que possui taxas bem menores quando se comparado aos bancos tradicionais.

O Ceará tem a maior quantidade de bancos **comunitários** na região Nordeste: são 51. Esta região é seguida pelo Sudeste (27), Norte (16) e Centro-Oeste (10).

Principais números do setor¹¹



R\$ 18 milhões em crédito produtivo e **R\$ 600 mil** por meio das chamadas "moedas sociais" em 2013.



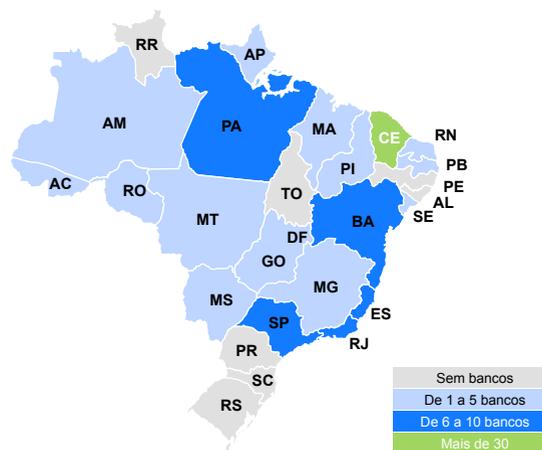
Existem **104 bancos comunitários** no País.



Os recursos dos bancos são capitados por meio de recursos públicos e fundos solidários (consistem em doações de PF e PJ, cotizações de associados e prestações de serviços mercantis).

(11) Globo notícias

Bancos comunitários¹¹ (distribuição por estado)

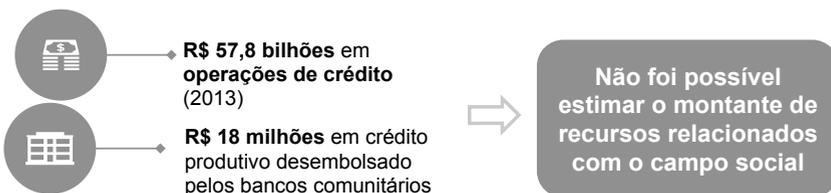


(13) Instituto Banco Palmas

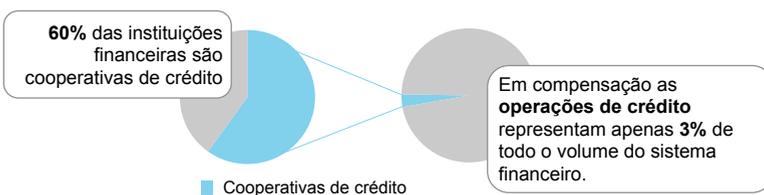
Instituições de Finanças Comunitárias

Recursos relacionados com o campo social

Principais números



Instituições financeiras x operações de crédito



*Nota: Valor ajustado pela inflação mais o PIB referente ao exercício de 2014

Considerações

As cooperativas são um importante ator na economia solidária. Elas ajudam a oferecer crédito às pessoas de baixa renda de forma conveniente, flexível e acessível. Destacam-se as seguintes conclusões:

✓ Recursos pulverizados

Apesar de 60% das instituições financeiras do País serem cooperativas de crédito, elas representam apenas 3% do volume do crédito, o que indica que o recurso é altamente pulverizado.

✓ Alta dependência do governo dos bancos comunitários

Os bancos comunitários precisam captar recursos por meio de editais abertos pelo governo.

Fundações e Associações

- Introdução
- Panorama do investimento nacional
- Aplicação dos recursos
- Panorama das doações internacionais
- Investimento dos EUA
- Recursos relacionados com o campo social

Fundações e Associações

Introdução

Para analisar os atores fundações e associações¹ usou-se como base 3 importantes fontes.

A pesquisa GIFE² é uma publicação bial desde 2001. O seu universo é a sua base associativa composta por empresas (13%), fundações e instituições empresariais (58%), familiares (8%), independentes (3%) e comunitárias (18%).

A segunda fonte foi a pesquisa do BISC³, cujo universo é composto por empresas (224 empresas, 87,5%) e fundações e associações (33, representando 12,5% do universo).

Tanto da base GIFE quanto da BISC foram excluídos os dados de empresas, os quais foram analisados no capítulo de pessoas jurídicas deste estudo.

Por último, para análise de recursos internacionais, foi utilizada a pesquisa desenvolvida pela Articulação D3 e Instituto Fonte⁴.

Definições sobre Fundações e instituições	
Associações e fundações empresariais	São organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma empresa ou seus acionistas. São geridas por pessoas ligadas à empresa que as mantém.
Associações e Fundações Familiares	São organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma família e geridas por seus membros. Não apresentam vínculos de governança ou gestão com a empresa, mesmo que esta seja uma empresa familiar.
Associações e Fundações Independentes	São organizações sem fins lucrativos, mantidas geralmente por mais de uma organização ou indivíduo. Sua gestão é independente de seus mantenedores.
Associações e Fundações Comunitárias	São organizações sem fins lucrativos que reúnem recursos de uma ou mais organizações ou indivíduos, gerando um fundo usado para investimentos em determinada comunidade. Atuam em uma comunidade ou localidade e são geridas por pessoas que se identificam como pertencentes àquela comunidade.

(1) Fundações e Associações são as formas jurídicas para organizações sem fins de lucro no Brasil. As associações são normalmente chamadas de Institutos ou Instituições em seus nomes fantasia.

(2) Censo GIFE 2011-2012 – Consolidação Deloitte

(3) Comunitas - Relatório BISC 2013

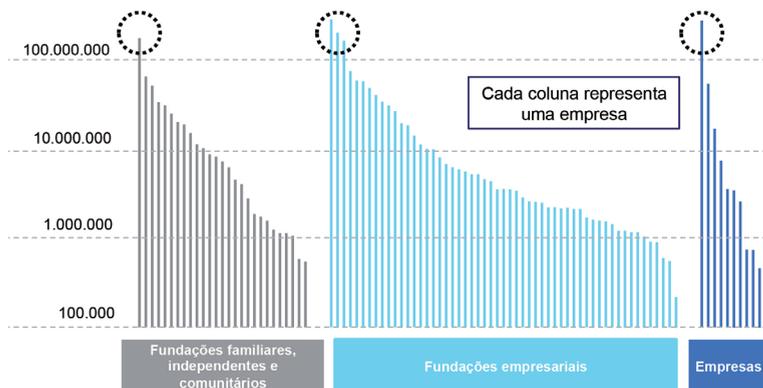
(4) Articulação D3 e Instituto Fonte: Investigação sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período de 2008-2010

Fundações e Associações

Panorama do investimento nacional

O gráfico abaixo aponta a distribuição de investimento por tipo de investidor da pesquisa GIFE. A maior parte dos associados (60%) estão localizados em uma faixa de R\$ 500 mil a R\$ 8 milhões. (GIFE, 2012).

Volume de investimento anual por tipo de investidor - Pesquisa GIFE (2011)



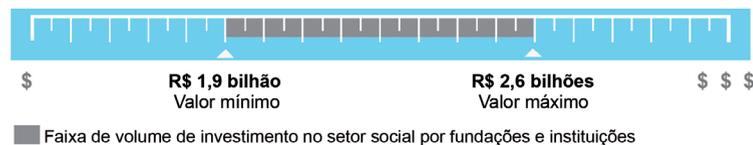
Volume de investimento¹

Para definição da faixa de investimento foi possível cruzar as informações das duas pesquisas, Censo GIFE e BISC. A base associativa do GIFE destinou em 2012 um montante de R\$ 1,9 bilhão enquanto a do BISC, **no mesmo ano**, foi de R\$ 0,8 bilhão (excluindo empresas).

Tipo de investidor	Censo GIFE	BISC
Fundações e instituições	R\$ 1,9 bilhão	R\$ 0,8 bilhão

Tendo como base as duas pesquisas e ciente da sobreposição entre os respondentes em ambas as amostras, foi possível estimar uma faixa de investimento por parte das fundações e instituições. Se considerar que há uma sobreposição de 100% dos valores das duas amostras, o valor mínimo investido seria de R\$ 1,9 bilhão (valor total da pesquisa com o maior número), por outro lado caso não haja sobreposição, o valor máximo investido seria de R\$ 2,6 bilhões.

Estimativa de margem de investimentos



(1) Censo GIFE 2011-2012 e BISC 2013 – Consolidação Deloitte

Fundações e Associações

Aplicação dos recursos

Analisando a distribuição dos recursos das duas pesquisas, nota-se que a maior parte é voltada para desenvolvimento de projetos próprios. Esses projetos, em geral, são desenvolvidos a longo prazo e fazem parte de uma estratégia social das empresas com orçamento já pré-definido a cada ano. Esses recursos de projetos próprios provavelmente não sofrerão modificação a curto prazo.

O principal montante a ser analisado são os recursos financiados pelas fundações e associações. Esses, em geral, são projetos pontuais, e em tese existem maiores chances para serem acessados. Na tabela ao lado está descrita a distribuição dos recursos de cada pesquisa.

- No Censo GIFE existem 325,3 milhões de reais que são voltados apenas para financiamento de projetos.
- Nos dados do BISC esses valores somados chegam a R\$ 60 milhões, considerando apenas fundações e Instituições.

Volume de recursos destinados a projetos de terceiros



Distribuição dos recursos por modalidade	Censo GIFE (2011)	
	%	R\$ (milhões)
Financia e executa	52%	1.127,7
Apenas executa	32%	693,9
Apenas financia	15%	325,3
Não informou	1%	21,6

Distribuição dos recursos por modalidade	BISC (2012)			
	Empresas		Fundações e Instituições	
	%	R\$ (milhões)	%	R\$ (milhões)
Para executar diretamente projetos próprios	33%	520	64%	544
Para apoiar a execução de projetos sociais de organizações sem fins lucrativos	15%	236	5%	43
Para financiar projetos próprios, executados por organizações sem fins lucrativos	-	-	15%	128
Para apoiar a execução de projetos sociais de outras empresas privadas	4%	63	2%	17
Outros	48%	756	14%	119

Fundações e Associações

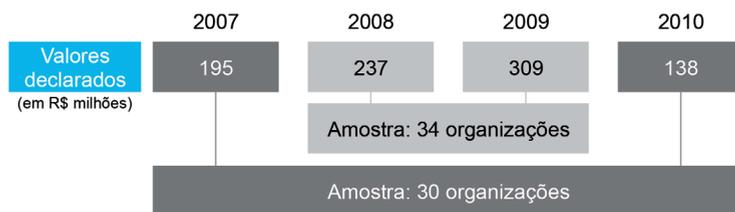
Panorama das doações internacionais

Fundações internacionais

As fundações internacionais abrangem a cooperação oriunda de ONGs internacionais com o Brasil em dois formatos de transferência de recursos. O primeiro para organizações locais e outro para filiais dessas ONGs com escritórios no Brasil.

Volume de investimentos

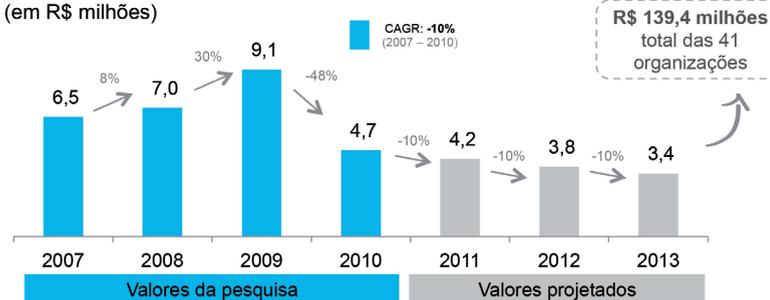
A fonte deste tema é a pesquisa desenvolvida em parceria entre a Articulação D3 e o Instituto Fonte. A amostra abrangeu 41 organizações, entretanto apenas 30 informaram valores financeiros de 2007-2010 e 34 sobre os anos 2008-2009. A pesquisa afirma que a ausência de dados entre os anos analisados não altera a significância dos resultados.



Analisando a variação do volume aportado nota-se um crescimento de 2007 a 2009 e uma queda brusca em 2010. Para estimar os dados até 2013, aplicou-se o CAGR dos anos 2007-2010 até o ano de 2013, atingindo um valor de R\$ 3,4 milhões¹. Essa tendência de retirada do recursos reforça-se também na pesquisa, onde 15% das empresas respondentes preveem a retirada completa dos investimentos do País nos próximos anos.

Para estimar o potencial do mercado em 2013 aplicou-se a estimativa projetada de investimento médio doado sobre a amostra total da pesquisa de 41 instituições.

Valor médio de aporte por organização respondente (em R\$ milhões)



(1) Projeção Deloitte

Fundações e Associações

Panorama das doações internacionais

Motivos da redução/ retirada dos recursos

A pesquisa Articulação D3 e Instituto Fonte buscou identificar quais foram os motivos responsáveis pela diminuição/retirada dos recursos. O estudo **reuniu** seis categorias que estão apontadas por ordem decrescente de frequência.



Crise econômica mundial 2008-2009 com decorrente redução de orçamento



Mudança de prioridade e/ou investimento para outras regiões do mundo



Alto nível de desenvolvimento econômico e social brasileiro



Mudança da estratégia de atuação da organização



Maior potencial de captação interna e possibilidade crescente de auto sustentabilidade do campo social brasileiro



Alcance dos objetivos com melhoria da problemática trabalhada

Fundações e Associações

Investimento dos EUA

Panorama do investimento dos EUA

Segundo a publicação da Foundation Center (2014)⁴, o Brasil foi o sétimo país a receber o maior volume de recursos dos Estados Unidos.

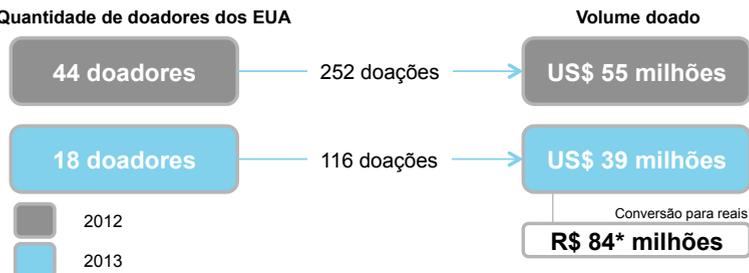
Volume de recursos recebidos por País dos EUA

#	País	Volume de recursos (em US\$, 2003 - 2014)
1	Quênia	1.017
2	África do Sul	982
3	China	897
4	Canadá	858
5	Índia	858
6	México	592
7	Brasil	422
8	Austrália	362
9	Nigéria	284
10	Haiti	212

(4) Foundation Center, 2014

Assim como apontado no estudo da Articulação D3 e Instituto Fonte, houve uma redução no volume de aporte, somando 29% do recursos enviados dos EUA para Brasil entre 2012 e 2013.

Quantidade de doadores dos EUA



Maiores doadores dos EUA (2013)	Volume de recursos
Ford Foundation	US\$ 13,6
Gates Foundation, Bill & Melinda	US\$ 9,5
Moore Foundation, Gordon and Betty	US\$ 6,0
Kellogg Foundation, W. K.	US\$ 2,8
Mott Foundation, Charles Stewart	US\$ 2,0

*Taxa média do dólar em 2013 – 2,1605

Fundações e Associações

Recursos relacionados com o campo social

Atores

 Associações e Fundações empresariais

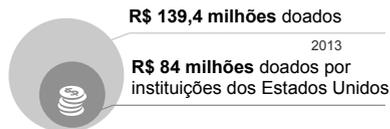
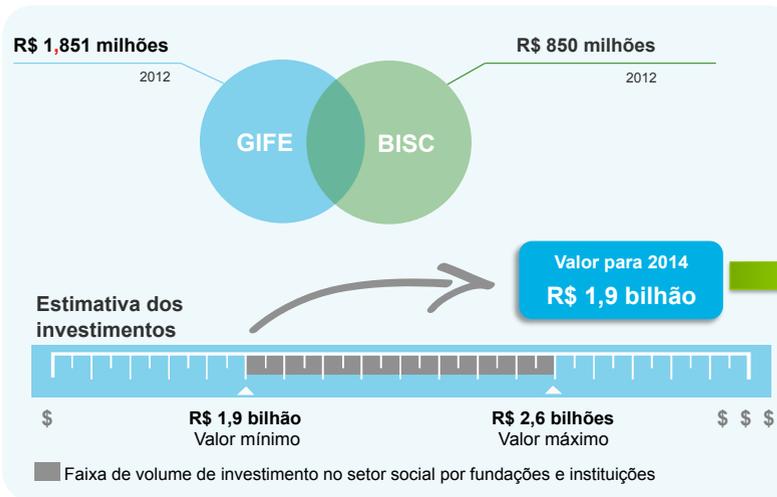
 Associações e Fundações Familiares

 Associações e Fundações Independentes

 Associações e Fundações Comunitários

 Associações e Fundações Internacionais

Volume de investimentos



Valor para 2014 R\$ 0,139 bilhão

Recursos para o campo social R\$ 2,0 bilhões

Considerações

- ✓ **Redirecionamento dos recursos**
A maior parte dos recursos administrados pelas fundações e associações são voltados para financiar projetos próprios. Estima-se que o volume total de recursos identificados pelas pesquisas do GIFE e do BISC somam R\$ 3,2 milhões. Entretanto para o estudo foram considerados apenas os valores de Fundações e Associações, excluindo-se os montantes relativos as empresas
- ✓ **Redução do investimento**
Está ocorrendo uma queda no volume de investimento das fundações internacionais no Brasil. Analisando o CAGR de investimentos no Brasil de 2007 a 2010, há uma queda de 10% por ano.

Pessoas Físicas

- Introdução
- Perfil de doação no País
- Modalidade de captação de recursos
- Recursos incentivados
- Recursos relacionados com o campo social

Doadores individuais

Introdução

Perfil de doação no País

Este capítulo abrange os doadores individuais e busca quantificar o montante de recursos que a população brasileira destina a doações, incluindo os recursos oriundos das leis de incentivos fiscais. Também foram abordados exemplos de novas modalidades de captação de recursos que vêm ganhando força no País.

Segundo estudo da Charities Aid Foundation¹, pesquisa que busca entender as práticas de doações nos países, no Brasil existe uma baixa cultura de doação. O país ocupa a 90ª posição entre os 135 países analisados no *ranking* do estudo.

Apesar do Brasil estar entre os 10 primeiros países em números absolutos de doares na pesquisa, quando se considera a proporção de doadores na população, o País possui um baixo índice, **com apenas 9% da população realizando doações**.

Volume de recursos doados no Brasil

Estima-se que o valor total de doações realizadas por pessoas físicas foi de R\$ 5,2 bilhões² em 2011. Entretanto, é necessário ressaltar que este valor contempla doações regulares, não somente para causas sociais, mas também doações para igrejas, culto, pensões e mesadas. Quando consideradas as doações esporádicas, o montante deve aumentar significativamente.

Principais números do Brasil



23% dos brasileiros* fizeram uma doação em dinheiro no último mês
34 milhões de pessoas | [8º País no ranking](#)



14% dos brasileiros* ajudaram um estranho no último mês
19 milhões de pessoas | [5º País no ranking](#)



45% dos brasileiros* dedicaram-se a voluntariado no último mês
63 milhões de pessoas | [9º País no ranking](#)

(*) população considerada 15 anos ou mais
(1) Relatório World Giving Index 2014

Recurso anual destinado a doação pelos brasileiros

Rendimento Mensal por Salário Mínimo (SM)**	% doador	Doação anual (em milhões)	Doação média por faixa de rendimento
Acima de 5 SM	14,9%	R\$ 992	R\$ 63,45
1 a 5 SM	12,4%	R\$ 2.488	R\$ 31,43
1/2 a 1 SM	8,1%	R\$ 1.569	R\$ 17,13
1/4 a 1/2 SM	4,9%	R\$ 178	R\$ 9,40
Abaixo de 1/4	3,8%	R\$ 8	R\$ 2,10

R\$ 5,2 bilhões



**Salário mínimo 2010: R\$ 510,00
(2) Estudo Childfund Brasil e Rgarber

Doadores individuais

Perfil de doação no País

Indivíduos de altíssima renda

Um camada da população que merece destaque são os indivíduos de altíssima renda ou patrimônio, devido ao seu alto potencial de investimento.

No Brasil existem 61 bilionários³ que detêm juntos aproximadamente US\$ 182 bilhões em patrimônio.

Em média, esses bilionários doam pouco mais de US\$ 100 milhões ao longo de suas vidas, valor equivalente a 3% do seu patrimônio líquido.

Pelo menos 35% dos bilionários do mundo têm as suas próprias fundações privadas, e mais de 70% são ativos na esfera filantrópica. Os demais bilionários, podem estar envolvidos em causas filantrópicas discretamente, preferindo doar anonimamente por motivos pessoais, culturais ou religiosos.

A maioria dos bilionários contribui para inúmeras instituições de caridade, mas tendem a canalizar a maior parte de suas contribuições filantrópicas para uma causa. Para 28,7% dos bilionários, sua principal causa é a educação, com algumas das maiores doações individuais indo para as universidades.

(3) WEALTH-X AND UBS BILLIONAIRE CENSUS 2014

(4) UHNWI (Ultra High Net Worth Individuals) - World Ultra Wealth - Report 2013

(5) Associação Brasileira de Estudos Populacionais 2012 - Com base no Levantamento Sócio Econômico 2010 IBOPE

Indivíduos de alta renda no Brasil

Classe	Quantidade de indivíduos	Patrimônio
▲ Bilionários ³ (Patrimônio igual ou superior a US\$ 1 bilhão)	61	US\$ 182 bilhões
▲ UHNWI ⁴ (Patrimônio superior a US\$ 30 milhões)	4.122	US\$ 865 bilhões
▲ Classe "A" ⁵ (Renda familiar acima de R\$ 11.037)	8.200.000	N/D

Principais causa de doação dos bilionários



Doadores individuais

Modalidade de captação de recursos

Mobilização de recursos para causas

A captação de recursos dos doadores individuais pode ocorrer de diversas formas. Desde a mais comum ou mais conhecida, que é a solicitação "cara a cara", ou mecanismos mais sofisticados, como as micro doações e o *crowdfunding*. A seguir são definidos os principais conceitos e programas existentes no Brasil.

Face to face

Abordagem pessoal e direta dos indivíduos em pontos de alta circulação de pessoas

Caso Greenpeace

A organização mantém seu financiamento baseado exclusivamente por **doações de pessoas físicas**. Na filosofia da empresa não se aceita-se recursos de governo e empresas. Destaca-se, além de uma base de associados ampla, a modalidade "face to face" que a **instituição** vem fortalecendo nos últimos anos.

Principais números⁶

- Em 2012, arrecadou **8,7 milhões de reais**, o que equivale a 41% do total de **arrecadações da ONG**.
- A **ONG no Brasil** pretende tornar-se **independente da organização internacional** até o final de 2013.
- O Greenpeace Brasil tem 50 mil colaboradores, dos quais **35 mil são doadores**.
- Arrecadação em 2012 foi de R\$ 21,6 milhões, sendo 41% de doações nacionais e 59% de contribuições do Greenpeace Internacional.

(6) Greenpeace 2012

(7) Adaptado de Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil (CEAPG & ARTICULACAO D3)

(8) Juntos 2014.

Micro doações

Ao arredondar para cima os centavos das compras, o consumidor automaticamente doa essa diferença a causas e projetos

Instituto arredondar

O Instituto pretende propor uma nova forma de arrecadação para empreendimentos sociais. A ideia é que, a partir do arredondamento no valor das compras, os clientes possam fazer uma doação de pequeno valor. Por exemplo, **em** uma compra que custou R\$ 9,90, o cliente terá a opção de arredondar o **valor pago** para R\$ 10,00 e os 10 centavos **adicionais iriam para** doação.

Principais números⁷

Há uma parceria da ONG com uma empresa de sistema de pagamento **para** juntas **vão** disponibilizar a modalidade. A base de clientes da empresa **tem** 10 mil clientes, o que corresponde a 88 mil pontos de venda. Também há interesses de grandes cadeias de varejo (lojas físicas e e-commerce).

Crowdfunding

Arrecadação coletiva de doações financeiras pela internet

Site Juntos.com.vc

É um empreendimento voltado exclusivamente para arrecadação de recursos para causas sociais pela internet. O diferencial é que a empresa não cobra taxa de comissão diferente de outras plataformas tradicionais de crowdfunding.

Principais números⁸

- **R\$ 1,37 milhões** de recursos arrecadados em aproximadamente 7 mil doações. Um valor médio de R\$ 196 por doação.
- Já foram apoiados **88 projetos**. Um valor médio **por projeto** de R\$ 15,5 mil.

Doadores individuais

Recursos incentivados

Recursos incentivados

A doação incentivada é um mecanismo através do qual o doador abate dos impostos a pagar os valores doados. No Brasil, o principal mecanismo **está** no Imposto de renda.

Os contribuintes, pessoa física, que optam pela declaração do Imposto de Renda na modalidade completa podem doar até 8% do montante devido.

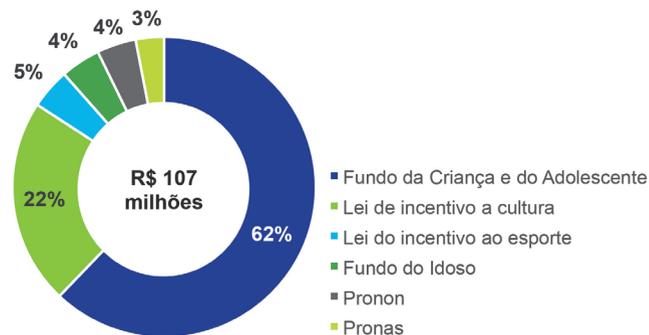
A tabela abaixo destaca as principais leis de incentivo no País e seus respectivos limites de destinação possível.

Origem do recurso	Percentual limite de destinação do IR devido para recursos incentivados ⁹
Lei de Incentivo a Cultura (Lei Rouanet)	
Lei de Incentivo ao Esporte	
Estatuto da Criança e do Adolescente	6%
Lei do idoso	
PRONON - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica	1%
PRONAS - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência	1%
Valor máximo permitido	8%

(9) Receita Federal

O principal programa no recebimento de recursos incentivados, o Fundo da Criança e do Adolescente teve início em 1990. Em contrapartida, os demais programas de incentivo tiveram início mais tardiamente. Com o aumento do conhecimento da população e das organizações sobre as formas de captação, a participação dos outros programas no total doado deve aumentar ao longo do tempo.

Participação dos programas nos recursos incentivados⁹ (2013)



Doadores individuais

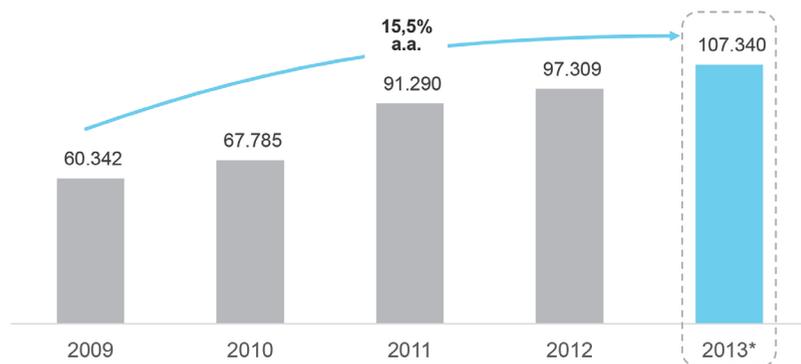
Recursos incentivados

Recursos incentivados

O montante doado por contribuintes, pessoas físicas, quase dobrou em 4 anos. Espera-se que, em 2013, tenham sido doados quase R\$ 108 milhões por meio dos recursos incentivados.

Doações através de recursos incentivados ⁹

(valores em R\$ mil)



(9) Receita Federal

(10) Receita Federal "Grandes números DIRPF 2013 - ano-calendário 2012"

* Estimado – CAGR (09 – 12)

Potencial de captação através de recursos incentivados

Para estimar um teto máximo de arrecadação pelas leis de incentivos, foi aplicado o percentual máximo possível de doação, 8% sobre o total de imposto devido. A Receita Federal em 2013 (ano-calendário 2012) teve uma arrecadação de pessoas físicas, através da declaração completa, de R\$ 71,46 bilhões¹⁰. Sendo assim, o potencial máximo para arrecadação através das leis de incentivo é **R\$ 5,7 bilhões de reais**. Sendo assim, o montante atualmente repassado para projetos através das leis de incentivo não representam 2% do seu total potencial.



Doadores individuais

Recursos relacionados com o campo social

Ainda há muito para se explorar nas arrecadações de pessoas físicas no País. Aposta-se que as novas plataformas de tecnologia tragam forças para o setor, facilitando o processo de doação e aumentando o volume de recursos arrecadados.



Doação total de pessoas físicas

R\$ 5,2 bilhões

2011

Recursos para o campo social em 2014
R\$ 6,0 bilhões

Considerações

✓ Recursos altamente pulverizados

Boa parte das doações é pontual, **direcionada a causas específicas, com** pequenas doações no dia a dia para públicos distintos. As novas plataformas tecnológicas ajudam a unificar doações de pessoas e a aumentar o acesso em escala ao recursos. Entretanto as ferramentas ainda são muito incipientes.

✓ Alto potencial de crescimento dos recursos incentivados

As Leis de Incentivos são utilizadas predominantemente para projetos culturais e esportes, o que torna difícil o acesso a curto prazo para projetos fora desse escopo. Entretanto, existem dois fatores para potencializar esse mercado: incentivar empresas a doarem mais recursos e, por outro lado, profissionalizar o desenvolvimento dos projetos para captar os recursos.

Mecanismos de doação

- Face-to-face
- Marketing Relacionado a causas
- Microdoações
- Crowdfunding
- Incentivado

R\$ 5,7 bilhões potencial

R\$ 107 milhões

doações realizadas por meio das leis de incentivos fiscais no ano de 2013

Nota: Valor ajustado pela inflação mais o PIB referente ao exercício de 2014

Recursos disponíveis para o campo social

Recursos disponíveis para o campo social

O presente estudo mapeou o montante de R\$ 456,8 bilhões disponíveis para o campo social, base 2014, tendo como destaque o governo que concentra 90% deste montante, principalmente apoiado nos programas que possuem como objetivo o desenvolvimento social.

As informações contidas neste relatório foram baseadas em dados públicos e em estudos prévios de entidades de alta credibilidade do setor. As projeções, quando necessárias, foram elaboradas de maneira conservadora, buscando não gerar uma sobre-estimativa dos recursos disponíveis.

Mesmo baseando-se em estudos conceituados e buscando por princípio o conservadorismo das estimativas, entende-se que tais número podem ser refinados.

OFERTA DE CAPITAL							
	Governo	Organismos nacionais de fomento	Organismos Multilaterais de Crédito	Pessoas Jurídicas	Instituições de finanças comunitárias	Fundações e associações	Pessoas Físicas
Recursos disponíveis para o campo social	R\$ 413,0	R\$ 0,5	R\$ 16,0	R\$ 19,3	R\$ 0,0	R\$ 2,0	R\$ 6,0
R\$ 456,8 bilhões							

(base 2014)

Recursos investidos por meio de mecanismos de finanças sociais e meta para 2020

Meta para 2020

Mecanismo de construção

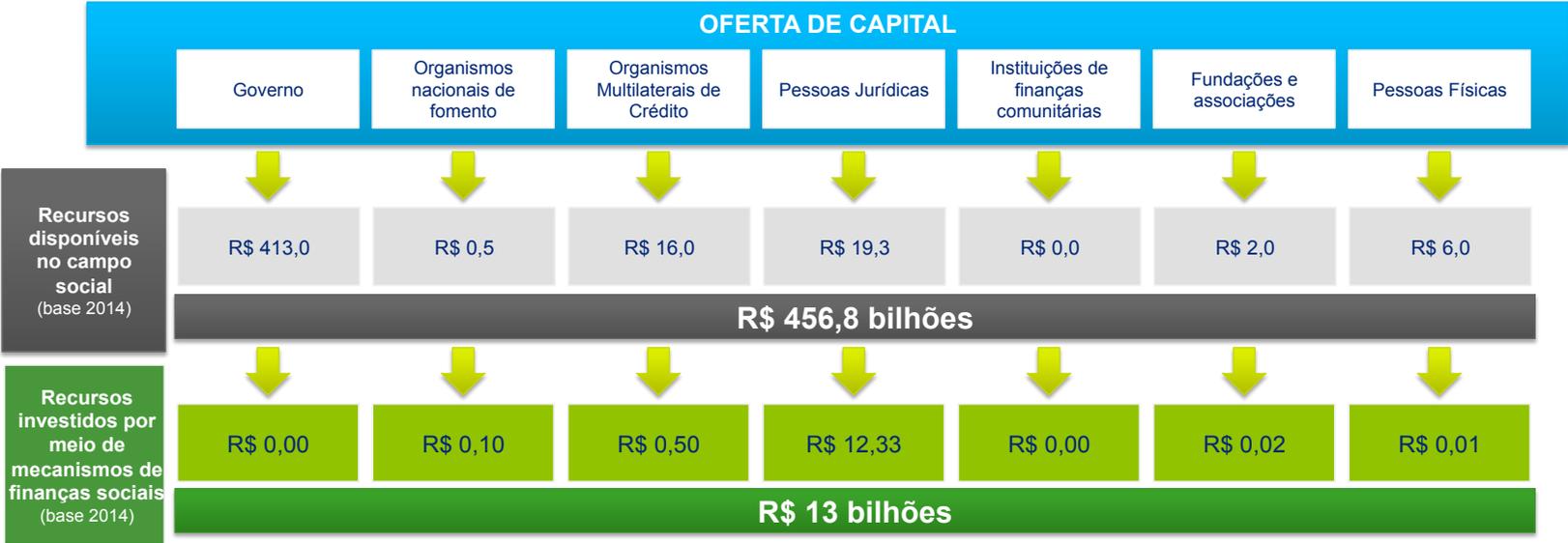
Após o mapeamento dos recursos atualmente disponíveis no campo social por cada ator de Oferta de Capital, a segunda etapa foi estimar qual o valor atualmente investido por meio de mecanismos de finanças sociais. Para cada ator, foram identificados programas e iniciativas que pudessem fazer parte desta construção, seguindo um posicionamento conservador.

A terceira etapa de análise estimou, para cada ator, qual poderia ser uma meta para 2020 de alocação de recursos para o campo social através de mecanismos de finanças sociais. Para tanto, o conjunto de atores e recursos foi categorizado em dois grandes grupos: (a) aqueles onde já existia alocação em finanças sociais e para a qual taxas históricas de crescimento ou pesquisas já realizadas pudessem apoiar a estimativa da meta para 2020 e (b) aqueles onde não existia alocação relevante em mecanismos de finanças sociais onde seria necessária a construção de cenários ou hipóteses de trabalho para gerar estimativas para a meta 2020.

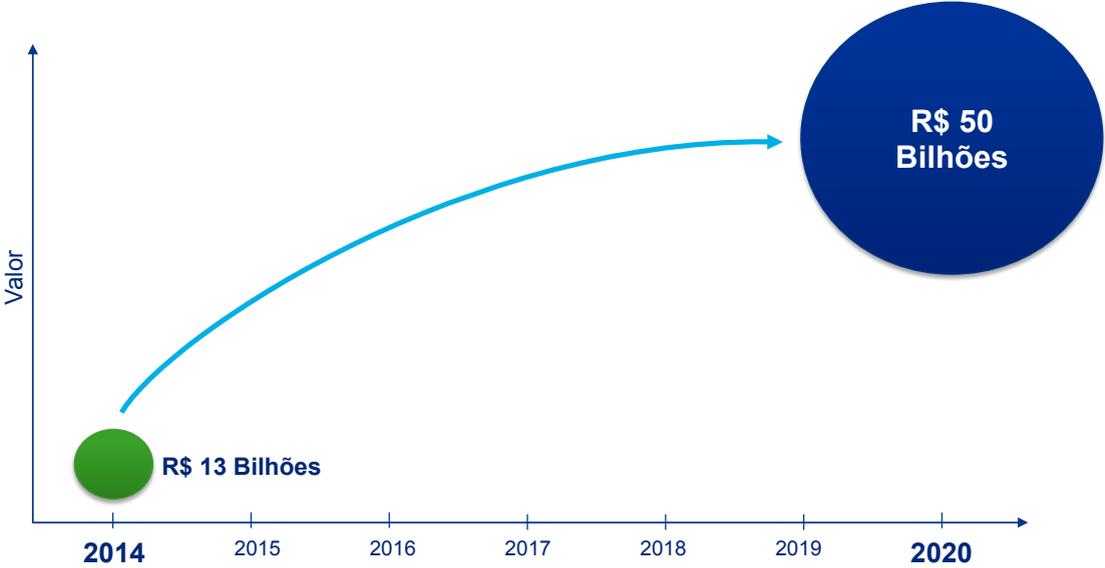
Foram feitas consultas a especialistas para estimar o potencial de aumento para cada ator de oferta de capital tendo como referencia a construção de um cenário realista de evolução do campo.



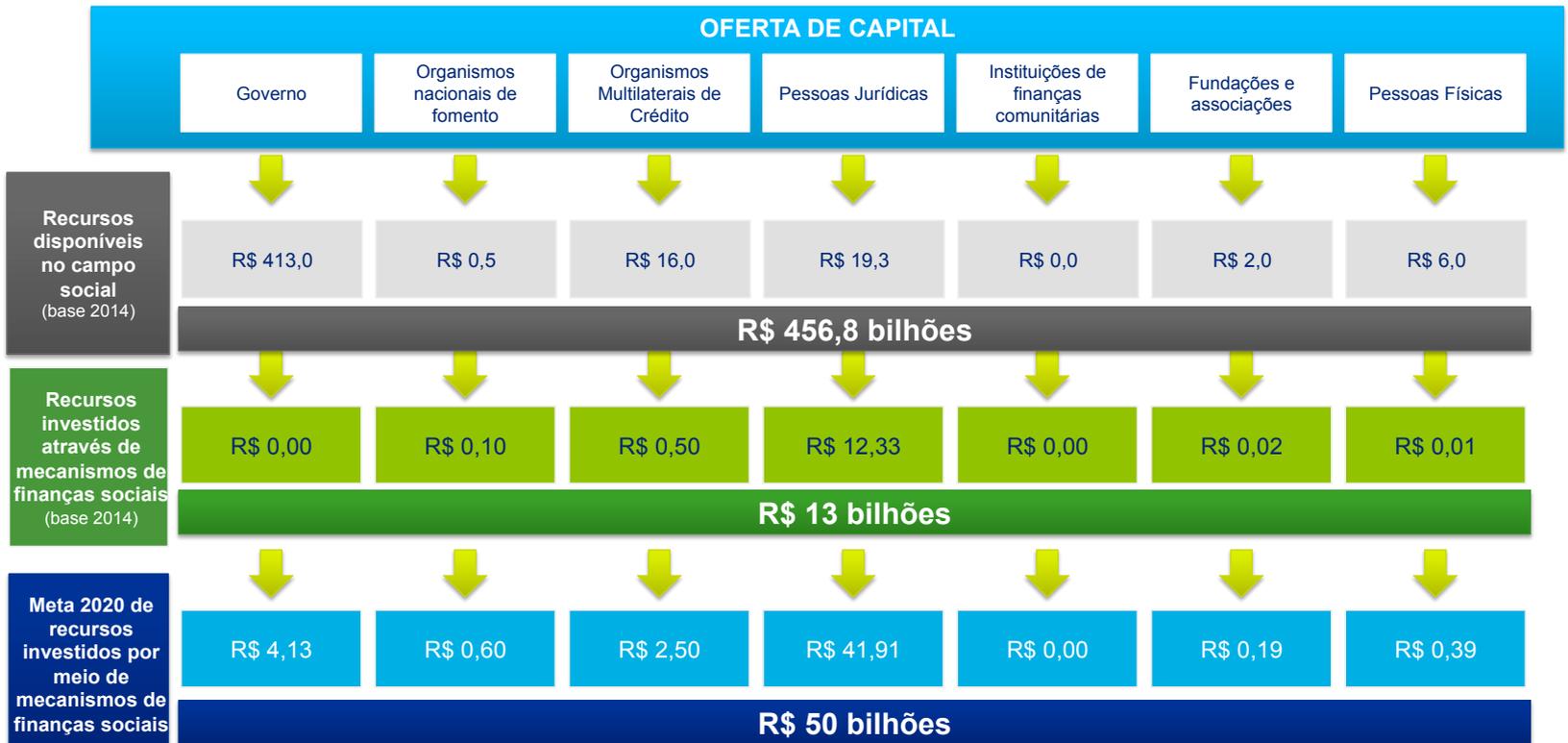
Recursos investidos por meio de mecanismos de finanças sociais



Recursos investidos por meio de mecanismos de finanças sociais e Meta para 2020



Investimento em impacto social





Deloitte Touche Tohmatsu Limited

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Bibliografia

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – <http://www.agricultura.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 Disponível em <
http://www.agricultura.gov.br/arg_editor/file/aceso_informacao/auditoria/relatorio-de-gestao-2013_SE-MAPA.pdf> acesso em 16/10/2014
- Ministério das Cidades - <http://www.cidades.gov.br/>
Programa Minha Casa Minha Vida – Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida.html>> acesso em 04/12/2014
Programa Papel Passado – Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php/regularizacao-fundiaria/758-manual-do-programa>> acesso em 02/12/2014
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - <http://www.mct.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0231/231525.pdf> acesso em 16/10/2014
- Ministério das Comunicações – <http://www.mc.gov.br/>
- Ministério da Cultura – <http://www.cultura.gov.br/>
Relatório de Gestão da Secretaria Executiva 2013 publicado em 2014 – Disponível em <
<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7262659&seAbrirDocNoBrowser=1>> acesso em 16/10/2014
- Ministério da Defesa – <http://www.defesa.gov.br/>

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Ministério do Desenvolvimento Agrário – <http://www.mda.gov.br/>

Garantia Safra – Disponível em <http://www.caixa.gov.br/voce/Social/Transferencia/garantia_safra/index.asp> acesso em 01/12/2014

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>> acesso em 01/12/2014

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 - <

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202013%20-%20SE-MDA.pdf> acesso em 16/10/2014

- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – <http://www.mda.gov.br/>

Catálogo de Oportunidade de Investimento no Brasil – Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4470>> acesso em 01/12/2014

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria-Executiva, publicado em 2014 – Disponível em <

http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1417112370.pdf> acesso em 15/10/2014

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – <http://www.mds.gov.br/>

Programa Territórios da Cidadania – Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/desenvolvimentoterritorial/territorios-da-cidadania-1>> acesso em 02/12/2014

Programa Brasil Carinhoso - Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/acesso-a-servicos/brasil-carinhoso-2013-ampliacao-do-acesso-a-creche>> acesso em 01/12/2014

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 - Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/processodecontas/unidades-do-mds/secretaria-executiva-se/Relatorio%20de%20Gestao%20de%202013%20-%20SE-SAGI-FECP.pdf>> acesso em 15/10/2014

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

Programa ACESSUAS – Trabalho – Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/programa-de-acessibilidade-ao-mundo-do-trabalho/acesuas-institucional>> acesso em 03/12/2014

Programa Lanchas da Assistência Social – Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/lancha-da-assistencia-social>> acesso em 01/12/2014

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>> acesso em 01/12/2014

Bolsa Família – Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em 01/12/2014

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-media-complexidade/servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua>> acesso em 01/12/2014

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – Disponível <

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/atendimento-especializado-a-familias-e-individuos-paefi>> acesso em 01/12/2014

Serviço Especializado em Abordagem Social – Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/mediacomplexidade/servico-especializado-em-abordagem-social>> acesso em 01/12/2014

BPC na Escola – Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/bpc-na-escola>> acesso em 28/11/2014

BPC Trabalho – Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/bpc-trabalho>> acesso em 28/11/2014

Viver sem Limite – Disponível em < <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>> acesso em 27/11/2014

Assistência Técnica e Extensão Rural – Disponível em <

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20inclusao-productiva-rural/assistencia-tecnica-e-extensao-rural>> acesso em 27/11/2014

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>> acesso em 27/11/2014

Programa Cisternas – Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/programa-cisternas>> acesso em 27/11/2014

do Trabalho Infantil (PETI) – Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>> acesso em 27/11/2014

ção – <http://portal.mec.gov.br/index.php>

Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014.

ção em <<http://pronatec.mec.gov.br/index.php>> acesso em 01/12/2014

o Fundo Nacional de Educação – Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfancia/proinfancia-apresenta>

ção – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17428&Itemid=817> acesso em 01/

12/2014 – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1113> acesso em 01/12/2014

Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) – Disponível em <

http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=137:pde-plano-de-desenvolvimento-da-educacao&id=176:apresentacao&option=com_content&view=

o Livro Didático (PNLD) – Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668id=12391option=com_contentview=

o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) do Fundo Nacional de Educação – Disponível em <

<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>>

o Plano de Alimentação Escolar (PNAE) – Disponível em <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17428&Itemid=817> acesso em 01/12/2014

– <http://www.esporte.gov.br/>

Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<http://arquivos/acessoInformacao/auditorias/SE/2013/relatorioGestaoSE2013.pdf>> acesso em 16/10/2014

– <http://www.fazenda.gov.br/>

ção Nacional – <http://www.integracao.gov.br/>

Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014.

dos – Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/entenda-o-programa>> acesso em 01/12/2014

- <http://www.justica.gov.br/>

ível Vencer – Disponível em <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/programas-1/crack-e-possiv>

em <
[br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2011/acompanhar-e-esclarecer-r-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasileiras-1/apresentacao-enafron](http://atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2011/acompanhar-e-esclarecer-r-a-devida-protecao-as-fronteiras-brasileiras-1/apresentacao-enafron)>

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Ministério do Meio Ambiente – <http://www.mma.gov.br/>

Programa Água Doce (PAD) – Disponível em <<http://www.mma.gov.br/agua/agua-doce>> acesso em 02/12/2014

- Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/mme>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <http://www.mme.gov.br/mme/menu/processos_contas_anuais/2013/Rel_Gestao_SPOA_MME_2013_TCU_31032014.pdf> acesso em 16/10/2014

- Ministério da Pesca e Aquicultura – <http://www.mpa.gov.br/>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 - Disponível em <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Acesso_a_informacoes/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GESTAO%20-%202013-SE.pdf> acesso em 17/10/2014

- Ministério de Planejamento e Gestão - <http://www.planejamento.gov.br/index.asp>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/processo_contas/2013_unidades_mp/SE2013_Rel_Gestao.pdf> acesso em 16/10/2014

- Ministério da Previdência Social – <http://www.mpas.gov.br/>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/Relatório-Gestão-SE-2013.pdf>> acesso em 17/10/2014

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Ministério das Relações Exteriores – <http://www.itamaraty.gov.br/>
Relatório de Gestão da Secretaria Geral 2013 publicado em 2014 – Disponível em <
<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7266222&seAbrirDocNoBrowser=1>> acesso em 15/10/2014
- Ministério da Saúde – <http://portalsaude.saude.gov.br/>
Programa Mais Médicos – Disponível em <<http://maismedicos.saude.gov.br/#>> acesso em 01/12/2014
Plano de Expansão da Radioterapia – Disponível em <
http://www.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2013/portaria_grupo_executivo_interministerial_expansao_radioterapia>
- Ministério do Trabalho e Emprego – <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7267832&seAbrirDocNoBrowser=1>> acesso em 02/12/2014
Plano Nacional de Qualificação - Disponível em <<http://www3.mte.gov.br/pnq/conheca.asp>> acesso em 01/12/2014
Sistema Nacional de Emprego – Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/sine/o-que-e-o-sine.htm>> acesso em 01/12/2014
Projovem Trabalhador – Disponível em <http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/projovem-trabalhador-1.htm> acesso em 01/12/2014
- Ministério dos Transportes – <http://www.transportes.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2012 da Secretaria-Executiva publicado em 2013.

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/relatorios/downloads_relatorios/Relatorio_de_Gestao_2013_-_UJ_SE-MTur.pdf> acesso em 16/10/2014

- Secretaria de Assuntos Estratégicos – <http://www.sae.gov.br/site/>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7247458&seAbrirDocNoBrowser=1>> acesso em 15/10/2014

- Secretaria de Atenção à Saúde - <http://dab.saude.gov.br/portaldab/index.php>

Brasil Sorridente – Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_brasil_sorridente.php>

Estratégia Saúde da Família – Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php> acesso em 01/12/2014

PMAQ – Disponível em <<http://dab.saude.gov.br/sistemas/pmaq/faq.php>> acesso em 01/12/2014

UBS Fluvial – Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_ubsf.php> acesso em 01/12/2014

Saúde Mais Perto de Você – Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php?conteudo=rede_emergencias> acesso em 01/12/2014

PROVAB – Disponível em <<http://provab.saude.gov.br/>> acesso em 01/12/2014

- Secretaria de Aviação Civil – <http://www.aviacaocivil.gov.br/>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<http://www.aviacaocivil.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-gestao-2013>> acesso em 16/10/2014.

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Secretaria de Comunicação Social – <http://www.secom.gov.br/>

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
http://www.secom.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/pdfs/relatorio-de-gestao-2013_secom-28mar2014.pdf> acesso em 16/10/2014

- Secretaria de Direitos Humanos – <http://www.sdh.gov.br/>

Centrais de Interpretação de LIBRAS – Disponível em <
<http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/novembro/centrais-de-interpretacao-de-libras-dialogam-na-sede-da-sdh-pr-em-brasilia>> acesso em 01/12/2014

Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência – Disponível em <
<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/827>> acesso em 01/12/2014

Implantação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos – Disponível em <
<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/convivencia-familiar-e-comunitaria>> acesso em 01/12/2014

Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) – Disponível em <
<http://pair.ledes.net/index.php?toSection=institucional&ItemID=12>>

- Secretaria da Juventude

Estação Jovem – Disponível em <
<http://www.juventude.gov.br/estacao-juventude>> acesso em 02/12/2014

Juventude Viva – Disponível em <
<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/o-plano>> acesso em 01/12/2014

- Secretaria da Micro e Pequena Empresa – <http://smpe.gov.br/>

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial – <http://www.portaldaiqualdade.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<http://www.portaldaiqualdade.gov.br/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2013/relatorio-de-gestao-2013>> acesso em 03/12/2014
Programa Brasil Quilombola – Disponível em <<http://www.portaldaiqualdade.gov.br/acoes/pbq>> acesso em 16/10/2014
- Secretaria de Políticas para as Mulheres – <http://www.spm.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<http://www.spm.gov.br/secretaria-executiva/coordenacao-geral-de-orcamento-e-gestao-interna/relatorio-de-gestao/relatorio-de-gestao-spm-2013.pdf>> acesso em
17/10/2014
- Secretaria de Portos – <http://www.portosdobrasil.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
http://www.portosdobrasil.gov.br/sobre-1/auditorias/2013/RelatriodeGestoSEP_PR_17_04_14.pdf> acesso em 17/10/2014
- Secretaria - Geral da Presidência – <http://www.secretariageral.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<http://www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-de-gestao-2013/view>> acesso em 15/10/2014
- Secretaria de Relações Institucionais – <http://www.relacoesinstitucionais.gov.br/>

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Serviço Florestal Brasileiro - <http://www.florestal.gov.br/>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - Disponível em <
<http://www.florestal.gov.br/extensao-e-fomento-florestal/fundo-nacional-do-desenvolvimento-florestal/fundo-nacional-de-desenvolvimento-florestal>>
- Sistema Inteligente de Gestão da Educação – Disponível em <
http://www.lncc.br/departamentos/projetosconsultar.php?vMenu=&Idt_Projeto=598&projeto=7&vCabecalho=depart&vTitulo=depart&vDepto=1&idt_responsavel=&vAno=2010&idt_linha_pesquisa> acesso em 01/12/2014
- Advocacia-Geral da União – <http://www.agu.gov.br/>
- Banco Central – <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>
- Casa Civil – <http://www.casacivil.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014- Disponível em <
http://www.casacivil.gov.br/relatorios-de-auditoria/2013/relatorio-de-gestao_2013> acesso em 15/10/2014
- Controladoria-Geral da União – <http://www.cgu.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
http://www.cgu.gov.br/sobre/auditorias/arquivos/2013/relatorio_gestao_cgu_2013.pdf> acesso em 16/10/2014

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- Gabinete da Segurança Institucional – <http://www.gsi.gov.br/>
Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da Secretaria Executiva publicado em 2014 – Disponível em <
<http://www.gsi.gov.br/arquivos/2014/relatorio-de-gestao-gsivr-2013-ug-110322.pdf>> acesso em 17/10/2014
- Aplicativo PPA Mais Brasil – Disponível em <
<http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/aplicativo-inicio.xhtml;jsessionid=CASbxeTKffVrKu5dGSN9-+a.undefined>> acesso em 08/10/2014
- SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Disponível em <<https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico>> acesso em 19/10/2014
- SITAWI – Finanças do Bem – Disponível em <<http://sitawi.org.br/>> acesso em 06/10/2014
- ICE – Instituto de Cidadania Empresarial – Disponível em <<http://www.ice.org.br/>> acesso em 06/10/2014
- Presidência da República – Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/>> acesso em 15/10/2014
- Integrare – Disponível < <http://integrare.org.br/novosite/> > acesso em 14/10/2014

Bibliografia

Fontes de Pesquisa para os Projetos do Governo

- NESsT Brasil – Disponível <<http://www.nesst.org/brasil/>> acesso em 15/10/2014
Relatório “Posicionando negócios Sociais na agenda pública: O Caminho a Seguir” publicado em 2014.
Matéria “O Ovo ou a Galinha? - Posicionando negócios Sociais na agenda pública: O Caminho a Seguir” publicada no site do NESsT – Disponível em <<http://www.nesst.org/blog/2014/04/14/o-ovo-ou-a-galinha-posicionando-negocios-sociais-na-agenda-publica/>> acesso em 19/11/2014
- Matéria “Você sabe o que é Social Impact Bonds?” do portal Exame. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1075/noticias/da-doacao-ao-lucro>> acesso em 12/10/2014
- PAC 2 – Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/8800>> acesso em 01/12/2014
Quadras Esportivas nas Escolas – Disponível em <<http://www.pac.gov.br/comunidade-cidada/quadras-esportivas-nas-escolas>> acesso em 3/12/2014
Urbanização de Assentamentos Precários – Disponível em <<http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida/urbanizacao-de-assentamentos-precarios>> acesso em 3/12/2014
- BNDES - Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/> acesso em 01/12/2014
Programa Caminho da Escola – Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/caminho_escola.html> acesso em 01/12/2014

Bibliografia

Organismos Multilaterais de Crédito

¹ Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Assuntos Internacionais. *Manual de financiamentos externos: organismos internacionais de financiamento / Secretaria de Assuntos Internacionais*. – Fevereiro 2013.

² Fonte: Prestação de Contas da Presidência da República referente aos exercícios de 2010 a 2013 | Disponível em www.cgu.gov.br

³ Fonte: Prestação de Contas da Presidência da República referente ao exercício de 2013 | Disponível em www.cgu.gov.br , item 1.5 – Financiamento com Recursos Externos

⁴ Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seain/MP).

^{5a} Fonte: <http://www.iadb.org/exr/por>

^{5b} Fonte: www.bancomundial.org/

^{5c} Fonte: <http://www.caf.com/>

^{5d} Fonte: <http://www.ifad.org>

^{5e} Fonte: www.fonplata.org

Bibliografia

Doadores individuais

- (1) Relatório World Giving Index 2013 – Disponível em: <http://www.cafonline.org/pdf/worldgivingindex2012web.pdf> acesso em 18/10/2014.
- (2) Estudo Childfund Brasil e Rgarber Disponível em: < <http://www.slideshare.net/flac2011/perfil-doadores-brasil-child-fund-brasil-gerson-pacheco> > acesso em 18/10/2014.
- (3) WEALTH-X AND UBS BILLIONAIRE CENSUS 2014 – Disponível em: <<http://www.wcvb.com/blob/view/-/28100080/data/2/-/hrkwry/-/Billionaire-Census-2014-pdf.pdf>> acesso em 22/10/2014.
- (4) World Ultra Wealth - Report 2013 <<http://www.thewealthreport.net/resources/thewealthreport2014.pdf>> acesso em 22/10/2014.
- (5) Associação Brasileira de Estudos Populacionais 2012 - Com base no Levantamento Sócio Econômico 2010 IBOPE
- (6) Relatório Anual Greenpeace 2012
- (7) Adaptado de Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil (CEAPG & ARTICULACAO D3)
- (8) Disponível em: < <http://www.juntos.com.vc/>> acesso em 31/11/2014.
- (9) - <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/estudotributario/BensTributarios/2014/DGT2014.pdf>
- (10) Receita Federal “Grandes números DIRPF 2013 - ano-calendário 2012”

Bibliografia

Bancos de desenvolvimento e Agências de fomento

Bancos de desenvolvimento

Operação de créditos dos bancos e agências 2013 – Banco Central

Desembolso microcrédito – Disponível em: <http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2014/MPMEs/20140701_microcredito.html> acesso em 27/11/2014

Relatório Anual BNDES - 2013

Programas e fundos do BNDES – Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/> acesso em 27/11/2014

Agências de fomento

Operação de crédito dos bancos e agências 2013 – Banco Central

Detalhes da linha de financiamento Paraná Juro Zero - disponível em: <<http://www.fomento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=236>> acesso em 27/11/2014.

Detalhes da linha Desenvolve SP – Linha Economia Verde – disponível em: http://desenvolvesp.com.br/portal.php/linha_economia_verde acesso em 27/11/2014.

Bibliografia

Pessoas jurídicas

- (1) A iniciativa privada e o espírito público - Um retrato da ação social das empresas no Brasil IPEA 2002
- (2) Comunitas - Relatório BISC 2013
- (3) Censo GIFE 2011-2012
- (4) Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dezembro 2013
- (5) Estudo: Fundos da Criança e do Adolescente: estimativa do potencial de arrecadação e doações efetivas (2004 a 2011)
- (6) Receita Federal - Demonstrativos dos Gastos Tributários – Sérios 2009 a 2013
- (7) Relatório de PL e Captação por Categoria de Fundos e Segmento de Investidor Anbima 09 2014
- (8) Consolidação de Dados da Indústria de Private Equity e Venture Capital no Brasil – ABVCAP e KPMG - 2013
- (9) Programa nacional de microcrédito produtivo orientado
- (10) Relatório de dados de programa de microcrédito 4º trimestre de 2012 – Ministério do Trabalho e Emprego
- (11) Valores desembolsados – Resultado CredAmigo Banco do Nordeste
- (12) Consolidado Estatístico Junho/2014 ABRAPP e SINDAPP
- (13) ANDE - Mapa do Setor de investimento de Impacto no Brasil

Bibliografia

Fundações e instituições

(1) Censo GIFE 2011-2012

(2) Comunitas - Relatório BISC 2013

(3) Articulação D3 : Investigação sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período de 2008-2010

(4) Foundation Center, 2014

Bibliografia

Cooperativas

Dados de Dezembro de 2013 Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?REVSFN201312>> acesso em 31/10/2014.

Relatório “Perfil das Pessoas Físicas Tomadoras de Operações de Crédito nas Cooperativas Brasileiras” elaborada pelo Bacen – Maio 2013.

Fonte: Bacen – 50 maiores bancos e consolidado do Sistema Financeiro Nacional – posição de junho/2014.

Cooperativas de Crédito: taxas de juros aplicadas e fatores de viabilidade – Banco Central do Brasil, 2011.

Disponível em <<http://www.sicoob.com.br/o-sicoob>> acesso em 04/11/2014 .

Fonte: BACEN – Base dezembro/2013.

Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>> acesso em 03/11/2014.

Microfinanças O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2011

Dados de 2013. Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Banco Central 2013.

Disponível em < <http://www.coopercredito.com.br/site/Not%C3%ADcias/Cooperativasviramsalva%C3%A7%C3%A3oparaempr%C3%A9stimos/tabid/67/Default.aspx>> acesso em 04/11/2014.

Disponível em <<https://www.viacredi.coop.br/noticia/629>> acesso em 20/11/2014.

Disponível em <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/noticias/noticias-do-portal/edital-incentiva-parceria-entre-cooperativas-de-credito>> acesso em 20/11/2014

Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/apresentacao/>> acesso em 20/11/2014

Disponível em < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/numero-de-moedas-alternativas-dobra-no-pais-em-5-anos.html>> acesso em 10/10/2014.

Disponível em < <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>> acesso em 10/10/2014.

Apêndice

Anexos

Doadores individuais: Detalhamento ONGs

Greenpeace:

Organização internacional que mantém seu financiamento baseado em doações de pessoas físicas. Em entrevista com o Diretor de Marketing e Captação de Recursos do Greenpeace Brasil, André Bogsan, foi destacado que o percentual de dependência de recursos do Greenpeace Internacional é de 40%, e a meta é chegar ao final 2013 **com independência total**!. O Greenpeace-Brasil possui 50 mil colaboradores, dos quais 35 mil doadores. Arrecadação 2012: R\$ 21,6 milhões dos quais R\$ 8,7 milhões foram de captação nacional².

Droga Raia Sorria:

Revista vendida na rede **de farmácias** Droga Raia por R\$ 3,50, **cujos recursos são destinados** para dois empreendimentos sociais, o GRAAC (Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer) e o Instituto Ayrton Senna. A estratégia é **usar os** pontos de vendas da rede para arrecadar ~~os~~ recursos de pessoas físicas. Desde a primeira edição até a trigésima nona, já foram arrecadados R\$ 12,5 milhões³. Só nas edições de 2013, foram arrecadados R\$ 2,2 milhões.

Aldeias Infantis:

Aldeias Infantis SOS Brasil é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que promove ações na defesa e garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens por meio de uma atuação de desenvolvimento sócio comunitário. A arrecadação em 2013 foi de R\$ 34,3 milhões.⁴

Abrinq

É uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes. Desde 2010 é representante da Save the Children no Brasil e, com esta parceria, foi capaz de potencializar sua ação na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Em 2012, a arrecadação da organização foi de R\$ 24,4 milhões, sendo a **maior parte (44%) de** pessoas físicas, um montante de R\$ 10,7 milhões⁵

Anexos

Cooperativas de Crédito: Participação das Cooperativas

Participação das Cooperativas de Crédito no SFN em quantidade de instituições autorizadas a funcionar

Segmento	Dezembro de 2013	% do Total
Banco Múltiplo	132	6,6%
Banco Comercial	22	1,1%
Banco de Desenvolvimento	4	0,2%
Caixa Econômica	1	0,1%
Banco de Investimento	14	0,7%
Banco de Câmbio	3	0,2%
Sociedade de CFI	58	2,9%
Sociedade Corretora de TVM	92	4,6%
Sociedade Corretora de Câmbio	62	3,1%
Sociedade Distribuidora de TVM	115	5,8%
Sociedade de Arrendamento Mercantil	28	1,4%
Sociedade de Crédito Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo	11	0,6%
Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte	38	1,9%
Agência de Fomento	16	0,8%
Companhia Hipotecária	8	0,4%
Cooperativa de Crédito	1192	59,7%
Consórcio	199	10,0%
TOTAL	1995	-

Anexos

Cooperativas de Crédito: Participação das Cooperativas

Participação do cooperativismo de crédito no SFN em ativos totais, depósitos, patrimônio líquido e operações de crédito, em relação aos maiores bancos do país.

Instituição Financeira	Ativos Totais	Depósitos	Patrimônio Líquido	Operações de Crédito
Banco do Brasil	1.303.651.713	480.089.499	70.043.646	609.939.620
Itaú	1.209.025.053	291.318.567	93.404.950	361.491.029
Caixa Econômica Federal	963.315.687	391.768.100	28.244.519	544.184.727
Bradesco	793.507.842	214.240.351	76.964.400	297.037.721
Santander	502.784.192	134.392.221	58.961.469	195.049.936
Cooperativismo Financeiro (**)	185.567.714	91.188.659	26.438.600	79.725.515
HSBC	163.277.372	58.067.538	10.015.959	55.034.367
Safra	133.137.729	9.939.675	8.109.737	45.647.267
Citibank	53.366.415	13.713.635	7.089.024	11.699.816
Banrisul	56.926.803	31.112.594	5.272.433	27.015.791
Total do SFN	6.858.085.332	1.926.657.785	551.946.483	2.867.789.142

(*) Consideradas apenas as instituições financeiras de varejo (que possuem agências para atendimento aos clientes).

(**) Incluídos os Bancos Cooperativos.

Anexos

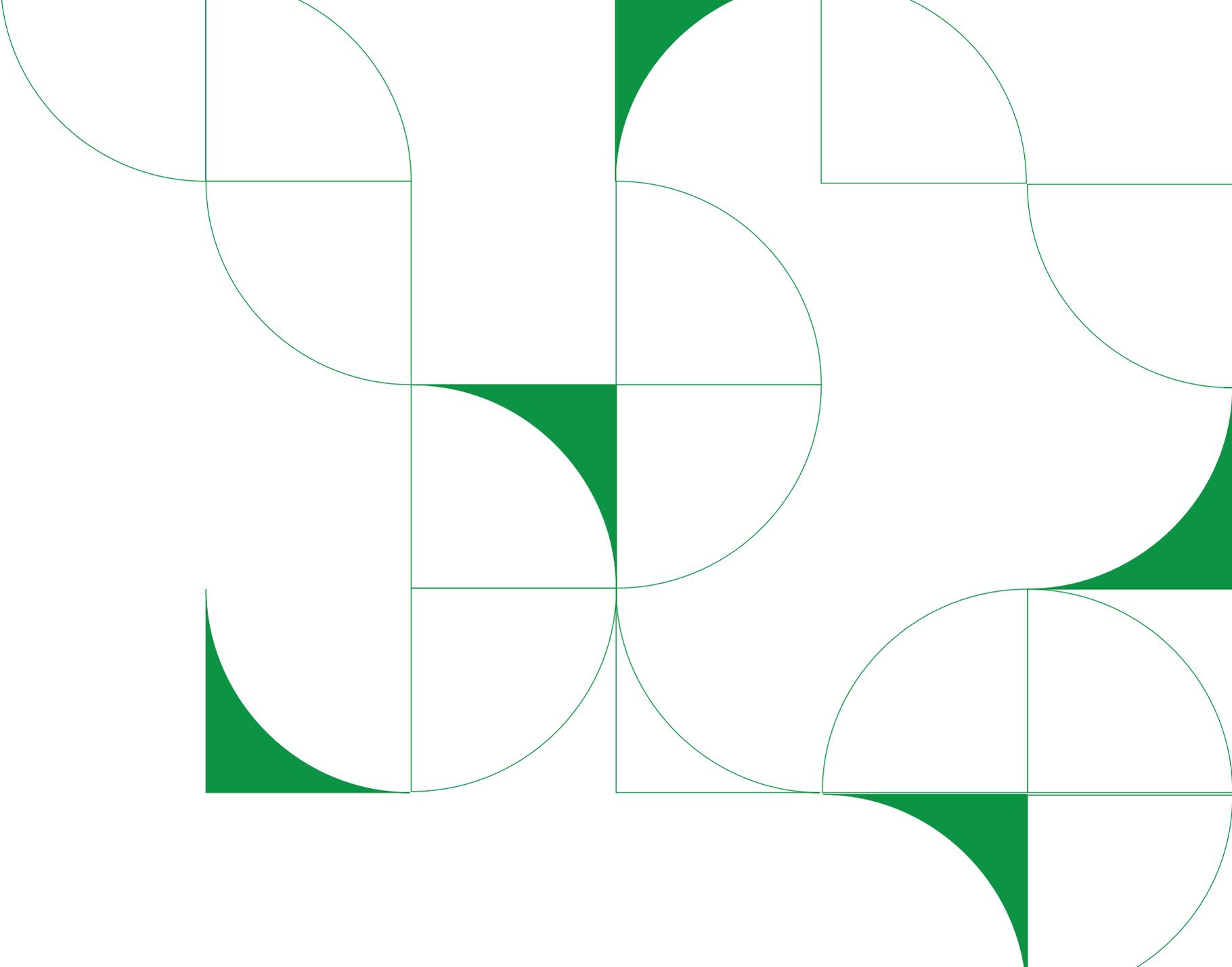
Cooperativas de Crédito: Participação das Cooperativas

Maiores cooperativas de crédito singulares com os valores de ativos totais, operações de crédito, total de depósitos e patrimônio líquido.

Sigla	UF	Município	Ativos Totais	Operações de Crédito*	Total de Depósitos**	Patrimônio Líquido
SICOOB CREDICITRUS	SP	Bebedouro	3.494.827	2.247.873	1.359.872	909.919
SICOOB COCRED	SP	Sertãozinho	1.895.174	1.100.696	690.138	320.630
VIACREDI	SC	Blumenau	1.758.544	1.201.216	690.138	320.630
SICRED OURO VERDE	MT	Lucas do Rio Verde	1.453.964	1.109.526	398.348	256.917
SICOOB COOPERFORTE	DF	Brasília	1.369.693	984.864	995.131	302.775
SICREDI UNIÃO	PR	Maringá	1.243.883	773.615	688.492	157.953
CREDCOAMO	PR	Campo Mourão	1.203.733	540.694	364.269	258.193
SICREDI PIONEIRA	RS	Nova Petrópolis	1.179.789	630.582	883.925	195.657
SICOOB CREDICOM	MG	Belo Horizonte	1.044.588	311.433	912.791	106.003
SICREDI VANGUARDA	PR	Medianeira	968.357	640.203	579.841	153.653
TOTAL (10 primeiras cooperativas)			15.612.552	9.540.702	7.562.945	2.982.330
TOTAL (1144 restantes)			75.323.828	46.736.323	42.306.191	17.419.245
Total (1154 Cooperativas Singulares)			90.936.380	56.277.025	49.869.136	20.401.575

(*) Não estão consideradas as operações de crédito registradas no Ativo Compensado (BNDES, Finame)

(**) Não estão consideradas as captações em Fundos de Investimento, Previdência, Poupança Rural e LCA



EXPEDIENTE

Pesquisa e Elaboração do Estudo

Deloitte

Eduardo Valente

Elias Souza

Giselle Marchesin

Heloisa Helena Montes

Marina Sampaio

Coordenação Geral

Beto Scretas

Célia Cruz

Diogo Quitério

Leonardo Letelier

Mariana Guimarães

Revisão Final e Produção

Paula de Santis

Vivian Rubia

Capa

Mondoyumi

Diretoria Executiva



Parceiros estratégicos



Fundação Telefônica

Apoio



Fundação Telefônica



www.forcatarefainancassociais.org.br

